

# Imigração e a discriminação na habitação em Portugal

RELATÓRIO DO PROJETO

**#MigraMyths - Desmistificando a Imigração**  
**4ª Edição**

**2023**



#migramyths 

# Imigração e a discriminação na habitação em Portugal

RELATÓRIO DO PROJETO

**#MigraMyths - Desmistificando a Imigração**

**4ª Edição**

**2023**

# ÍNDICE

Lista de quadros e gráficos	5
Prêambulo	6
Introdução	11
A Casa do Brasil de Lisboa	14
O Projeto #MigraMyths - Desmistificando a Imigração 4ª Edição	16
Discriminação na habitação: um problema transversal	18
Diagnóstico do projeto: método	24
Imigração e discriminação: a percepção das pessoas imigrantes	32
Discriminação das pessoas imigrantes no acesso à habitação	35
Relatos	38
Denúncia da discriminação	74
Condições de habitação das pessoas imigrantes	78
Conclusões	84
Referências bibliográficas	86

## FICHA TÉCNICA

Desenvolvido por: Casa do Brasil de Lisboa

Financiado por: Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) 2023

Autoria: Ana Paula Costa

Revisão: Thaís Brito

Projeto Gráfico: Amanda Argollo

# LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

\*Autodeclaração: Pergunta aberta em formato livre, em que as pessoas inquiridas puderam escrever a resposta.

**QUADRO 1:** Perfil das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 1:** Região de residência das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 2:** Género\* das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 3:** Nacionalidade das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 4:** Cor/etnia\* das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 5:** Faixa etária das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 6:** Escolaridade das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 7:** Estado civil das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 8:** Situação administrativa das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 9:** Onde as pessoas imigrantes mais percebem a discriminação na habitação

**GRÁFICO 10:** Tipos de discriminação mais percepcionadas na habitação

**GRÁFICO 11:** Já sofreu algum tipo de discriminação no arrendamento, financiamento ou nos apoios à habitação?

**GRÁFICO 12:** Onde sofreu discriminação no acesso à habitação em Portugal?

**GRÁFICO 13:** Que tipo de discriminação sofreu no acesso à habitação?

**QUADRO 2:** Tipos de relatos de discriminação na habitação

**GRÁFICO 14:** Denunciou a discriminação sofrida no acesso à habitação?

**GRÁFICO 15:** Onde denunciou a discriminação sofrida no acesso à habitação?

**GRÁFICO 16:** Tipo de habitação das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 17:** Situação habitacional das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 18:** Tipo de habitação das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 19:** Tipo de habitação versus valor do arrendamento/financiamento das pessoas imigrantes inquiridas

**GRÁFICO 20:** Número de pessoas moradoras por habitação

# PRE ÂM BU LO

TransParadise



A etimologia da palavra "senhorio" tem sua origem no termo latino "senior", que significa "mais velho" e que também deu origem à palavra "senhor". Com o tempo, a palavra "senior" assumiu não apenas a conotação de idade, mas também de autoridade e posição social elevada e reflete uma realidade histórica onde a posse e o controle sobre as terras e as pessoas eram indicativos de poder e autoridade.

**Na tessitura deste relatório do MygraMyths, desenvolvido pela Casa do Brasil de Lisboa, a Associação Transparadise invoca para o preâmbulo a memória e a visão de pensadores como Gloria Anzaldúa, bell hooks e Paul B. Preciado para iluminar os contornos da crise habitacional em Portugal. Ao adentrar o labirinto da habitação, as pessoas migrantes encontram-se num jogo de espelhos distorcidos – onde as xenofobias entrelaçam-se às intersecções de várias marginalizações, inviabilizando não apenas o acesso à moradia, mas também o reflexo de suas próprias identidades.**

Enquanto um teto sobre a cabeça é um dos pilares da segurança pessoal, os dados deste relatório ilustram um cenário onde tal fundamento é negado a muitas pessoas. São paredes demolidas antes mesmo de serem construídas, barreiras invisíveis mas intransponíveis, feitas de preconceito e de silenciamentos. Cada telefonema para um potencial senhorio é um eco de esperança que se desfaz ao contato com a realidade. A pele e o sotaque tornam-se marcadores de alienação, e as identidades trans, frequentemente marginalizadas, são ainda mais vulneráveis onde as linhas de raça e classe se intersectam. A crise

habitacional, portanto, não é apenas sobre a falta de teto, mas também sobre a negação de existências.

A etimologia da palavra "senhorio" tem sua origem no termo latino "senior", que significa "mais velho" e que também deu origem à palavra "senhor". Com o tempo, a palavra "senior" assumiu não apenas a conotação de idade, mas também de autoridade e posição social elevada e reflete uma realidade histórica onde a posse e o controle sobre as terras e as pessoas eram indicativos de poder e autoridade. Essa realidade tem paralelos profundos com o colonialismo, que também se baseou na apropriação de terras e na subjugação de povos.

Durante o colonialismo, as potências europeias impuseram sua autoridade em territórios distantes, muitas vezes se autodenominando os "senhores" dessas terras, utilizando a força para dominar e extrair recursos. O termo "senhorio" pode, portanto, ser visto como simbólico do sistema feudal que se tornou um modelo para as práticas coloniais. Ambos os sistemas funcionavam com base em hierarquias rígidas onde o "senhor" possuía não apenas a terra, mas também exercia poder sobre a vida das pessoas que habitavam esse território.

O termo "senhorio" no contexto do Antigo Regime português, assim como elucidado no livro História do trabalho e das ocupações (Madureira, 2002), abarcava distintas facetas de poder e posse. O "senhorio direto" referia-se à figura que, após outorgar o uso de um bem mediante um contrato de enfiteuse, recebia uma prestação como o foro. Este tipo de senhorio proliferou na história de Portugal, abrangendo uma vasta gama de pessoas e instituições, inclusive casas nobres e entidades eclesiásticas, que muitas vezes acumulavam o papel de senhorios diretos e foreiros.

Outro significado vinculado a "senhorio" era o de detentor de direitos reais outorgados pela Coroa, abrangendo recebimento de rendas de terras régias. A terceira acepção de "senhorio" dizia respeito aos "senhores de terras com jurisdição", que, por doação real, exerciam poderes jurisdicionais, culminando em privilégios políticos significativos e prestígio elevado. A crítica ao colonialismo frequentemente aborda a maneira como as estruturas de poder se estabelecem e se perpetuam através da posse de terra e da dominação de pessoas. Ao considerar a origem da palavra e função social do "senhorio", pode-se refletir sobre as continuidades históricas das relações de poder e como

elas se manifestam em práticas contemporâneas de posse e autoridade, inclusive no contexto habitacional, onde desigualdades e discriminações podem ser vistas como resquícios de um passado colonial que ainda permeia as estruturas sociais e econômicas.

Assim, conforme (Un)natural bridges, (un)safe spaces (Anzaldúa, 2002) nos guia pelo conceito de "nepantla" o espaço liminar onde diferentes mundos colidem, vemos que a busca por moradia para as pessoas migrantes no berço da colonização é uma jornada através do nepantla social. "As pontes abrangem espaços liminares (limiares) entre mundos, espaços que chamo de nepantla, uma palavra nahuatl que significa " tierra entre medio" (Anzaldúa, 2002, p.1-3).

**"As transformações ocorrem neste espaço intermediário, um espaço instável, imprevisível, precário, sempre em transição e sem limites claros. Nepantla é "tierra" desconhecida, e viver nesta zona liminar significa estar em constante estado de deslocamento – uma sensação desconfortável e até alarmante. A maioria de nós mora em Nepantla a maior parte do tempo, que se tornou uma espécie de lar. Embora este estado nos ligue a outras ideias,**



**peessoas e mundos, sentimo-nos  
ameaçados por estas novas ligações e  
pela mudança que elas provocam”**

(Anzaldua, 2002, p. 1,2,3).

Os espaços de moradia, muitas vezes negados a essas identidades-outras que não as hegemônicas, são o palco onde a cultura, a língua, a raça e o gênero se encontram com as forças da xenofobia e do preconceito. A habitação, para esses indivíduos, é um lugar onde a negociação da identidade acontece constantemente, onde se luta para ser visto e para ver a si mesmo, onde o ato de habitar vai além do físico, tornando-se uma declaração de existência, um desafio àqueles que querem apagar suas histórias e suas vozes.

Como Preciado (2022) nos ensina, a normatividade é construída nos detalhes, nas pequenas interações – e é lá que a batalha pela habitação se perde, frequentemente sem que haja testemunhas, sem registros, sem ecos. Com a força que brota da vulnerabilidade, este documento reflete as vidas de pessoas migrantes em habitações que são menos um refúgio do que um campo de batalha. Entre as margens e o centro, entre a privação e a resistência, navegam as experiências daquelas que bell hooks contempla com

seu olhar agudo. “Estar à margem é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal (...) Podíamos frequentar aquele mundo, mas não viver nele” (hooks, 2019, pg.15-17), ela nos lembra, ilustrando o paradoxo vivido por muitos que, embora presentes, encontram-se incessantemente apartados da plenitude da vida social e cívica.

Esta marginalidade, contudo, não é um vazio onde esperanças e sonhos são amordaçados; pelo contrário, é a terra fértil de onde brotam as sementes da resistência radical. Conforme avançamos pelas páginas do tempo e pelos capítulos da luta social, encontramos em “Marginality as a site of resistance” (hooks, 1990,p.341-343) uma verdade ampliada, a teórica nos instiga a ver a marginalidade não somente como um local de privação. “É também o local de resistência radical,” ela declara, desafiando-nos a reconhecer que as margens podem ser um espaço vibrante de contestação e criação cultural.

Essa resistência não é uma entidade abstrata, mas sim uma prática vivida — uma forma de estar no mundo que desafia as narrativas dominantes e reinventa o cotidiano.

No fazer dos dias, os que habitam as margens criam um discurso contra-hegemônico que, segundo hooks, é encontrado "não apenas nas palavras, mas nos hábitos de ser e no modo de viver (hooks, 1990, p.342)". A luta pelo direito à habitação, por um espaço seguro para existir e expressar a própria identidade, é uma manifestação desta resistência. Enquanto sistema e estrutura tentam restringir e definir quem merece um lar, as comunidades marginalizadas erguem suas vozes e suas vidas como bastiões de desafio e declarações de pertencimento.

Portanto, a margem não é uma fronteira a ser temida ou uma condição a ser lamentada, mas um lugar de poder e potencial. É na periferia que se vislumbra a possibilidade de um novo centro, um núcleo reinventado que acolhe a pluralidade em honra a diferença. A margem é onde o direito à moradia se entrelaça com o direito de ser plenamente humano — e é aqui que o movimento começa, um passo de cada vez, em direção a um mundo onde todos possam não apenas frequentar, mas verdadeiramente viver.



**FREDA PARANHOS**  
Presidente da Associação  
TransParadise

# INTRODUÇÃO



(...) a falta de acessibilidade, de estabilidade e os precários regimes de habitação fomentam a discriminação de pessoas imigrantes, assim como os problemas de discriminação impedem as pessoas imigrantes de aceder a uma habitação condigna (...)

**Considerando que a habitação condigna e o princípio da não discriminação são direitos, o objetivo central deste relatório é apresentar a percepção das pessoas imigrantes sobre a discriminação no acesso à habitação, os casos de discriminação e as condições de habitação das pessoas imigrantes.** É notório que Portugal enfrenta diversos problemas habitacionais, que vão desde o insuficiente investimento em políticas de habitação públicas, ao longo de décadas, à dificuldade que as novas gerações têm de aceder à casa própria ou arrendada devido às elevadas taxas de esforço. Contudo, a estes problemas comuns e transversais à sociedade portuguesa, somam-se questões específicas da imigração, particularmente relacionados aos preconceitos e estereótipos, mas também relacionados às questões documentais, de dificuldade no acesso aos direitos e a cidadania, ao excesso de burocracia e sobrecarga dos serviços públicos, as vulnerabilidades sociais singulares à imigração e outros.

No que diz respeito à habitação, há três dimensões fundamentais consideradas neste relatório: a acessibilidade, a estabilidade e os regimes de ocupação (Mendes & Tulumello, 2022). A

acessibilidade refere-se a possibilidade de aceder a uma habitação digna e adequada; a estabilidade relaciona-se ao nível de segurança, isto é, a possibilidade de se manter numa habitação adequada; e os regimes de ocupação referem-se às formas legais de acesso à habitação, ligados também à acessibilidade e estabilidade (Mendes & Tulumello, 2022). Ter em conta essas três dimensões para analisar as questões da imigração e a discriminação na habitação é fundamental.

Isso porque, a falta de acessibilidade, de estabilidade e os precários regimes de habitação fomentam a discriminação de pessoas imigrantes, assim como os problemas de discriminação impedem as pessoas imigrantes de aceder a uma habitação condigna, de se manter numa habitação adequada e a possibilidade de acesso à habitação por uma via legal (contratos de arrendamento). Além disso, no que diz respeito ao mercado de arrendamento, são comuns os casos de discriminação tendo como fator a nacionalidade, o gênero, a orientação sexual e as origens étnico raciais das pessoas imigrantes.

Nesse sentido, qual é o cenário da discriminação de imigrantes na habitação em Portugal? É esta pergunta

que orienta a realização deste relatório de diagnóstico do projeto #Migramyjts - Desmistificando a Imigração - 4ª Edição, que está dividido em dez seções: A Casa do Brasil de Lisboa; O projeto #MigraMyths - Desmistificando a Imigração 4.ª Edição; Discriminação na habitação: um problema transversal;

Diagnóstico do projeto: método; Perfil das pessoas inquiridas; Imigração e Discriminação na Habitação: a percepção das pessoas imigrantes; Discriminação de pessoas imigrantes no acesso à habitação; Relatos; Denúncia da discriminação; Condições de habitação das pessoas imigrantes.

Boa leitura.

1

A Casa  
do Brasil  
de Lisboa

A Casa do Brasil de Lisboa (CBL) é a mais antiga associação da comunidade brasileira em Portugal, fundada em 1992, trabalha há 31 anos na integração e para os direitos das pessoas imigrantes.

Desde a sua fundação, a **CBL tem um trabalho ativo na reflexão e implementação das políticas públicas, assumindo um papel fundamental de ativismo e reivindicação de políticas igualitárias para as comunidades imigrantes em Portugal, em especial a comunidade brasileira.** No âmbito das suas atividades, desenvolve diversos projetos para promover o acesso aos direitos e aos serviços de forma igualitária para as pessoas imigrantes, atuando em três frentes principais: intervenção social, ativismo e cultura.

Desde a sua fundação, a CBL estabelece uma relação de apoio aos/às seus/suas associados/as e utentes, prestando informações sobre os direitos e deveres e apoiando no relacionamento com as entidades públicas. Anualmente, a CBL atende

milhares de imigrantes para o acolhimento, informação e apoio no processo de integração e garantia de direitos em Portugal. Além disso, a associação sempre teve um papel ativo na construção e implementação de políticas públicas, particularmente as locais, e na reivindicação dos direitos das pessoas imigrantes.

Ao longo dos seus 31 anos, a CBL sempre foi um mecanismo de reflexão acerca das políticas de integração e da participação das pessoas imigrantes em Portugal. Sempre, em toda a sua história, realizou debates, ciclos de conversas, palestras e muitas outras iniciativas neste sentido. Nos últimos anos, no âmbito de vários projetos financiados e em parceria com outras instituições, a CBL realizou ciclos de debates sobre direitos e deveres, grupos de troca de experiências para imigrantes, sessões informativas e formativas, sempre para garantir conhecimento para as pessoas imigrantes e a igualdade de oportunidades.

# 2

O projeto  
#MigraMyths -  
Desmistificando  
a Imigração  
4.<sup>a</sup> Edição



O #Migramyths - Desmistificando a Imigração é um projeto da Casa do Brasil de Lisboa, financiado pelo Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI), que desenvolve atividades com o objetivo de:

- **Combater a desinformação relacionada às migrações e às comunidades imigrantes em Portugal;**
- **Combater ao discurso de ódio;**
- **Sensibilizar a comunidade portuguesa sobre as contribuições positivas das pessoas imigrantes em Portugal;**
- **Desconstruir os mitos que estão na base de preconceitos e de discriminações;**
- **Transformar do discurso negativo acerca da imigração;**
- **Valorizar as trajetórias das pessoas imigrantes.**

Ao longo das 4 edições do projeto foram desenvolvidos materiais informativos e de sensibilização para as redes sociais, vídeos, relatos de pessoas imigrantes, relatórios temáticos com o diagnóstico sobre experiências de discriminação, a campanha de rua "É fixe o que as pessoas migrantes trazem na mala" e o Podcast Fala Migrante, sessões de debates, tertúlias e seminário.

Para conhecer as atividades do projeto acesso o site da Casa do Brasil de Lisboa e as nossas redes sociais:

[www.casadobrasildelisboa.pt](http://www.casadobrasildelisboa.pt)

@migramyths

(Twitter, Instagram, Facebook e Tiktok).

# 3

Discriminação  
na habitação:  
**um problema  
transversal**

A realidade portuguesa demonstra que os últimos anos foram marcados por transformações importantes em matéria de imigração e habitação que impactaram a nossa sociedade. A crise de 2008 e a subsequente intervenção da *troika* (2011-2014), a pandemia da Covid-19 e a guerra da Ucrânia são acontecimentos recentes que marcaram o cenário social, político e econômico em Portugal, particularmente pelo seu impacto na vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. Em 2015, após a crise de 2008 e com o fim da *troika*, a economia portuguesa voltou a crescer, mas este crescimento, em 2020, sentiu o abalo da pandemia da Covid-19, que exigiu esforços do Governo para apoiar a população em termos sociais, sanitários e econômicos, e, em 2022, da Guerra da Ucrânia, que fez o país sentir o aumento da inflação, dos preços na energia, no gás, dos alimentos e do número de pessoas deslocadas temporariamente.

Em matéria de imigração, as transformações recentes prendem-se com o aumento numérico e com a variedade da imigração em Portugal,

bem como com as alterações legislativas no âmbito do Acordo de Mobilidade da CPLP (criação do visto e autorização de residência CPLP), o visto de procura de trabalho, o visto de nómada digital), as simplificações legislativas em matéria de regularização de trabalhadores\as imigrantes e a aquisição da nacionalidade portuguesa, e, por fim, a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a criação da AIMA - Agência para a Integração, Migração e Asilo. Além disso, no que diz respeito ao asilo, nos últimos anos Portugal também passou a receber mais pedidos, portanto, em termos numéricos, em 2022:

- Residiam regularmente em Portugal 781.915 imigrantes, a maioria nacionais do Brasil (239.744)<sup>1</sup>
- Portugal recebeu 1.991 pedidos de asilo, a maioria de nacionais do Afeganistão (287)<sup>2</sup>
- Foram concedidos 56.528 os títulos de proteção temporária para pessoas que fugiram da guerra da Ucrânia

<sup>1</sup> Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. 2023. Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022. Maio de 2023

<sup>2</sup> Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. 2023. Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022. Maio de 2023

De fato, as mudanças legislativas refletem também uma mudança de paradigma da política de imigração de Portugal, sobretudo com a separação entre as funções administrativas e as funções policiais\de inspeção do SEF, a atribuição do controle de fronteiras para a Polícia de Segurança Pública (PSP) e para a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a criação da Agência de Imigração, Migrações e Asilo (AIMA), incorporando o Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Contudo, as transformações em matéria de imigração não foram acompanhadas de melhorias administrativas e de boas práticas de implementação. Se, em matéria de direito comparado, Portugal está nos melhores índices<sup>3</sup> que medem a integração das pessoas imigrantes, na prática, a implementação precisa de muitas melhorias e correções.

Por um lado, as pessoas imigrantes esperam entre 1 ou 2 anos para se regularizar, têm dificuldade ou não conseguem renovar as suas autorizações de residência, ou fazer o pedido de reagrupamento familiar, por indisponibilidade de vagas e, muitas vezes, não conseguem exercer os seus

direitos ou veem os seus direitos limitados devido à falta de informação e integração entre as políticas públicas e os setores do Estado, e a xenofobia e racismo. Por outro lado, a falta de investimento na função pública sobrecarrega os/as funcionários/as, que enfrentam uma alta carga de trabalho devido à escassez de pessoal, ao sistema informático e aos recursos administrativos insuficientes. Isso resulta na incapacidade de atender ao aumento das solicitações de pedidos para a regularização e agendamentos. Além disso, destaca-se a falta de investimentos em formação para acompanhar as diversas alterações legislativas e promover práticas antirracistas, de não discriminação e de combate à xenofobia no funcionalismo público. Aliado a isto estão as questões sociais, como a habitação. Diferentes estudos (Pires, Pereira & Ortiz, 2023) apontam que o problema de acesso à habitação em Portugal não é específico da população imigrante. Contudo, a questão se manifesta com maior gravidade nas pessoas migrantes devido à intersecção de diversas formas de discriminação, tais quais a vulnerabilidade social e documental, a

---

<sup>3</sup> Migrant Integration Policy Index. 2020. <https://www.mipex.eu/portugal>

falta de rede de apoio e recursos, e a discriminação que enfrentam. Por exemplo, em 2021 a taxa de estrangeiros\as a residir em alojamentos sobrelotados em Portugal foi de 20,3%<sup>4</sup>, enquanto a taxa de nacionais a residir em alojamentos sobrelotados foi de 9%. Ou seja, em 2021, o número de estrangeiros\as que viviam em habitações sobrelotadas em Portugal foi 11,3 vezes maior que o número de portugueses\as que viviam nas mesmas condições. Acontece que, por exemplo, uma pessoa imigrante em situação irregular porque não conseguiu agendar a sua regularização no ainda SEF (atual AIMA) não consegue arrendar uma casa\apartamento e, nos casos em que consegue, este arrendamento é realizado com insegurança jurídica, sem contrato de arrendamento e, não raro, em condições degradantes e utilizando da condição de irregularidade como chantagem ou com mais exigências, como o número de caução\renda.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos destacou que os preços da habitação em Portugal estão acima do que seria explicado pelos fatores macroeconómicos, como o aumento da

inflação e da taxa de juros (Rodrigues, Lourenço & Vilares, 2023).

Particularmente, na área metropolitana de Lisboa e do Porto, o aumento dos preços das casas a partir de 2017 fez com que as pessoas precisassem gastar a maior parte do seu rendimento para comprar ou arrendar uma casa, criando desigualdades na acessibilidade da habitação (Rodrigues, Lourenço & Vilares, 2023). Além disso, desde 2014, a utilização do parque habitacional para o turismo (alojamentos locais, por exemplo) teve um impacto significativo no aumento do preço das casas, tanto para o arrendamento como para a compra.

Logo, as pessoas com menores rendimentos acabam por estar mais vulneráveis, pois, no caso da compra de casa, quando conseguem comprar, têm maior taxa de esforço (proporção da renda destinada para o pagamento do crédito habitação), e no caso do arrendamento, não conseguem pagar por uma casa digna, ou, ainda, gastam mais de 40%<sup>5</sup> do seu rendimento apenas com despesas de habitação (Rodrigues, Lourenço & Vilares, 2023), não

---

<sup>4</sup> Dados do Eurostat, em Catarina Reis Oliveira (2022). Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2022, Lisboa, Observatório das Migrações, Alto Comissariado para as Migrações, p.242

conseguindo ter acesso ao lazer, alimentação e outros.

Outra característica importante de se considerar é que a construção de novas casas em Portugal diminuiu na última década devido ao enfoque na reabilitação urbana e as restrições financeiras no setor da construção durante e após a crise de 2008 (Rodrigues, Lourenço & Vilares, 2023). Ou seja, a disponibilidade de casas também é baixa e este é um dos principais fatores que explicam o aumento recente nos preços da habitação. Acresce a esse problema a "turistificação" desenfreada no país, sobretudo nos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, facto que prejudica o direito e o acesso à habitação da população residente.

Allegra e Tulumello (2019) consideram que a habitação em Portugal se caracteriza por um acúmulo de novas crises sobre problemas estruturais, como a "gentrificação\turistificação" e a "financeirização da habitação". Tais fenómenos também contribuem para o aumento da população sem-abrigo e

para que as pessoas sejam empurradas para fora do centro da cidade. Em 2017, a ONU publicou o *Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context. Mission to Portugal*<sup>6</sup>, realizado pela Relatora Especial da ONU pelo Direito à Habitação Adequada, Fahra, com o objetivo de examinar a implementação do direito à habitação adequada. O relatório destacava que a condição de sem-abrigo constitui uma violação do direito à habitação e que o fenómeno dos sem-abrigo não é apenas "dormir na rua", mas também inclui viver em locais precários, como carros e edifícios abandonados, situações de alojamento de emergência e alojamento temporário, como pensões ou quartos alugados.

Além disso, o relatório da ONU destacou que a limitação constitucional de Portugal sobre a recolha e desagregação de dados étnicos raciais dificulta a recolha de informações sobre as condições habitacionais das pessoas afrodescendentes e das pessoas

---

<sup>5</sup> Considera-se habitação acessível aquela em que as pessoas não gastam mais que 40% do seu salário com despesas de habitação.

<sup>6</sup> UN. Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context. Mission to Portugal. 27 February-24 March 2017

ciganas, que continuam a enfrentar discriminação na habitação e acabam, muitas vezes, direcionadas para as periferias. A desigualdade, exclusão e discriminação na habitação também atinge gravemente as pessoas em situações de pobreza que, por falta de habitação social e aliado aos preconceitos sociais e problemas estruturais, são forçadas a viver em habitações indignas e, não raro, ficam em situação de sem-abrigo.

De fato, o aumento exacerbado dos preços da habitação, junto com os baixos salários, instabilidade\precariedade laboral e preconceitos como o racismo, a xenofobia e a LGBTfobia, contribuem para o aumento das desigualdades e da vulnerabilidade social. É de se destacar a situação das pessoas vítimas de violência doméstica, particularmente mulheres e crianças, que não conseguem pagar sozinhas por uma habitação<sup>7</sup> e acabam tendo que continuar a viver com o agressor, ou das pessoas trans, que pelo estigma e preconceito, são-lhe negadas a possibilidade de arrendamento. A sobrelotação dos alojamentos, a dificuldade em arrendar uma

casa\apartamento, o exorbitante preço das rendas, os critérios de elegibilidade para os apoios sociais da habitação, a dificuldade de financiamento no setor bancário e o exagerado número de cauções são dificuldades encontradas no quotidiano quando falamos da habitação em Portugal. Nesse sentido, qual é o cenário da discriminação de imigrantes na habitação em Portugal? É esta pergunta que orienta a realização deste relatório de diagnóstico do projeto #MigraMyths - Desmistificando a Imigração 4ª Edição.

O inquérito realizado às pessoas imigrantes demonstra que a maioria já sofreu discriminação no acesso à habitação (90,4%), em diferentes situações: no arrendamento, na vizinhança (bairro, condomínio, prédio), na relação com o\la senhorio\la, nas imobiliárias, no financiamento e nos apoios à habitação. Contudo, é no arrendamento (45,2%) onde a maioria dos inqueridos\as respondeu já ter sofrido discriminação. Relativamente ao tipo de discriminação, a maioria das pessoas imigrantes inquiridas respondeu ter sofrido xenofobia (55,7%).

---

<sup>7</sup> Mesmo existindo uma rede de suporte às vítimas de violência doméstica, as casas abrigo não são suficientes e, muitas vezes, após sair do abrigo, as mulheres não conseguem pagar por uma habitação.

# 4

Para a realização deste relatório, disponibilizamos um inquérito online, com perguntas quantitativas e qualitativas, distribuído por todas as regiões de Portugal. A recolha de dados decorreu entre abril e julho de 2023 e contou com 230 respostas, sendo utilizadas múltiplas fontes de divulgação do inquérito, nomeadamente Facebook, Instagram, E-mail, WhatsApp e LinkedIn.

A participação das pessoas imigrantes é fundamental para a partilha de situações e informações sobre as discriminações vivenciadas na habitação e quais as demais dificuldades encontradas no acesso ao arrendamento e crédito para habitação.

## Diagnóstico do projeto: **método**



QUADRO 1:

## PERFIL DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

\*Autodeclaração: Pergunta aberta em formato livre, em que as pessoas inquiridas puderam escrever a resposta.

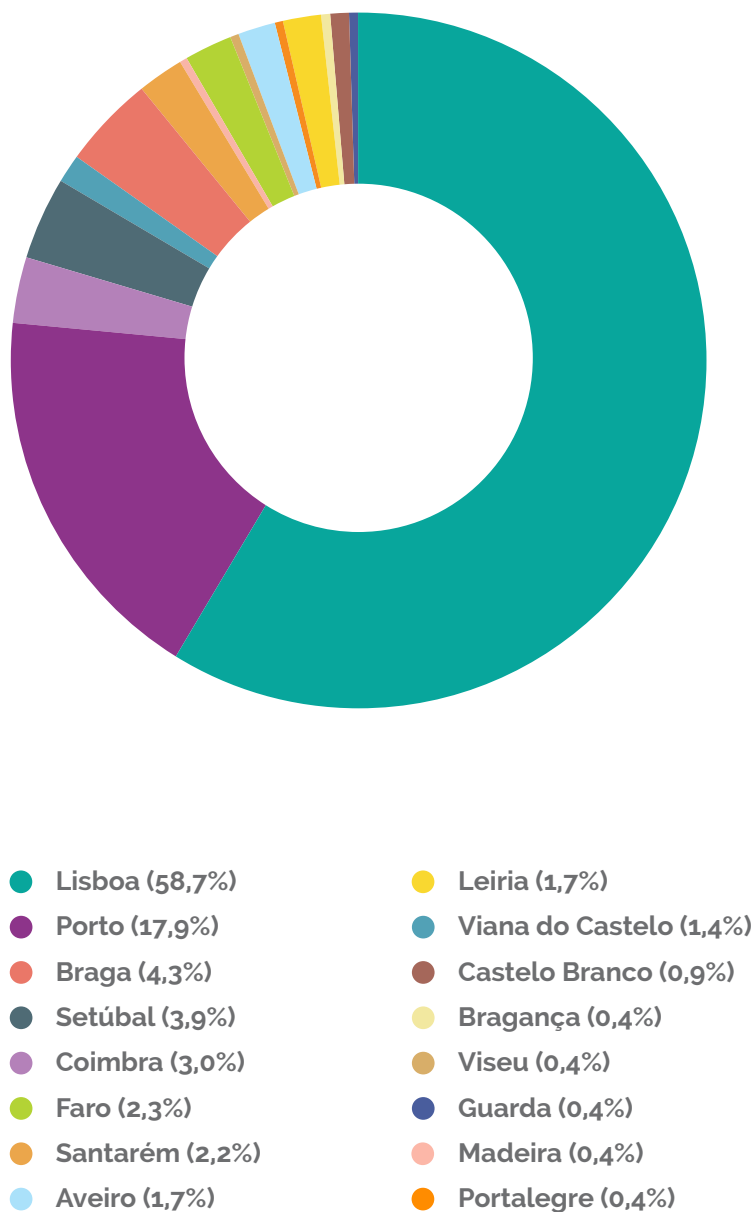
Gênero (autodeclarado*)		
	Número	%
Feminino	171	74,4%
Masculino	52	22,6%
Não-binário	5	2,2%
Queer	1	0,4%
Transmasculino	1	0,4%
Total	230	100%
Estado civil		
	Número	%
Casado/a	88	38,3%
Solteiro/a	87	37,8%
União de fato	37	16,1%
Divorciado/a	18	7,8%
Total	230	100%
Cor/Etnia (autodeclarada*)		
	Número	%
Branca	142	61,7%
Parda	36	15,7%
Negra	29	12,6%
Latina	14	6,1%
Não identificada	9	3,9%
Total	230	100%

Nacionalidade		
	Número	%
Brasil	210	91,3%
Itália	5	22,3%
Portugal	4	1,9%
São tomé e Príncipe	2	0,4%
Nepal	1	0,4%
Espanha	1	0,4%
Reino Unido	1	0,4%
Rússia	1	0,4%
Angola	1	0,4%
Estados Unidos da América	1	0,4%
Lituânia	1	0,4%
Argentina	1	0,4%
Polônia	1	0,4%
Total	230	100%

GRÁFICO 1:

## REGIÃO DE RESIDÊNCIA DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

A maioria das pessoas inquiridas residem em Lisboa (58,7%), Porto (17,9%) e Braga (4,3%):



O Gráfico 1 vai ao encontro dos dados do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, realizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o qual aponta que a maior parte da população estrangeira residente em Portugal em 2022 estava concentrada em Lisboa.

Além disso, o fato da maioria das pessoas imigrantes inquiridas responderem residir em Lisboa também está relacionado com a região de atuação e localização da Casa do Brasil

de Lisboa, pese embora, nos últimos anos, a associação tenha expandido o seu trabalho para todo o país.

Relativamente ao perfil das pessoas imigrantes inquiridas, a maioria declarou ser brasileira (91,3%), mulher (74,4%), branca (61,7%), com idade entre 35-39 anos (26,5%), com ensino superior completo (73,5%), com estado civil de casado/a (38,3%) e com situação de autorização de residência válida por contrato de trabalho (30,0%):

GRÁFICO 2:

## GÊNERO\* DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

\*Autodeclaração: Pergunta aberta em formato livre, em que as pessoas inquiridas puderam escrever a resposta.

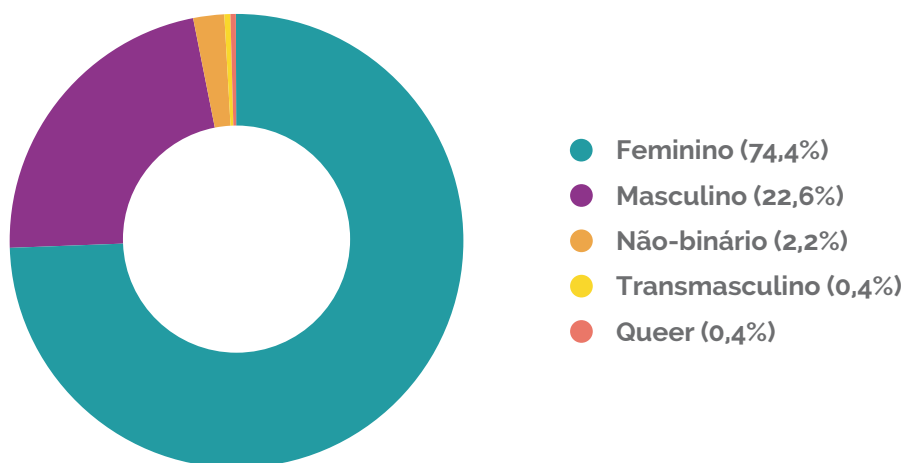
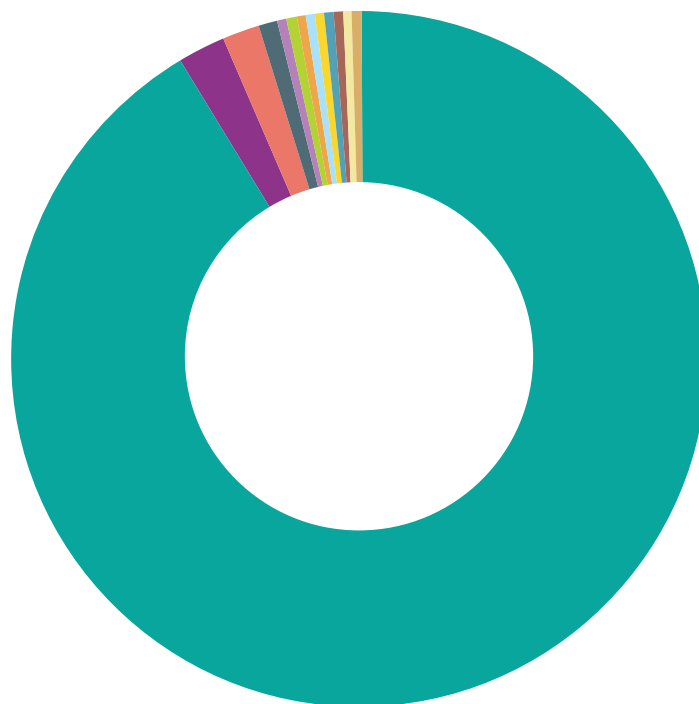


GRÁFICO 3:

## NACIONALIDADE DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS



- Brasil (91,3%)
- Itália (2,3%)
- Portugal (1,9%)
- São Tomé e Príncipe (0,9%)
- Nepal (0,4%)
- Espanha (0,4%)
- Reino Unido (0,4%)
- Rússia (0,4%)
- Angola (0,4%)
- Estados Unidos da América (0,4%)
- Lituânia (0,4%)
- Argentina (0,4%)
- Polónia (0,4%)

GRÁFICO 4:

## COR/ETNIA\* DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

\*Autodeclaração: Pergunta aberta em formato livre, em que as pessoas inquiridas puderam escrever a resposta.

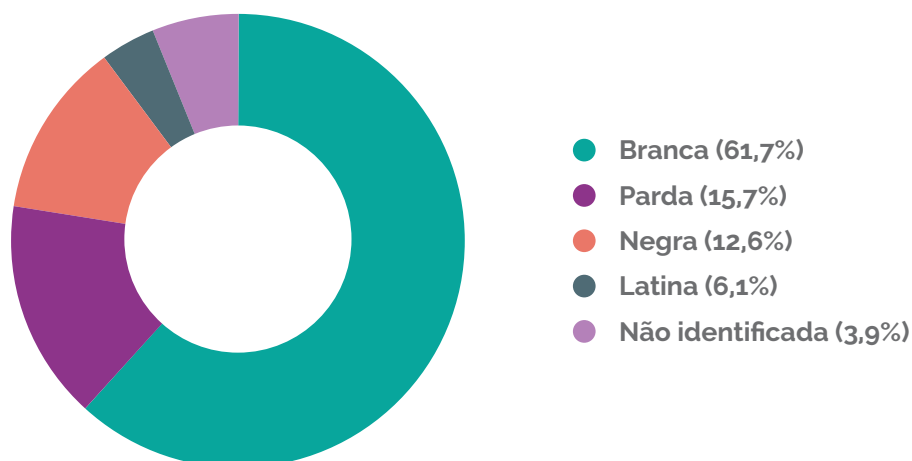


GRÁFICO 5:

## FAIXA ETÁRIA DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

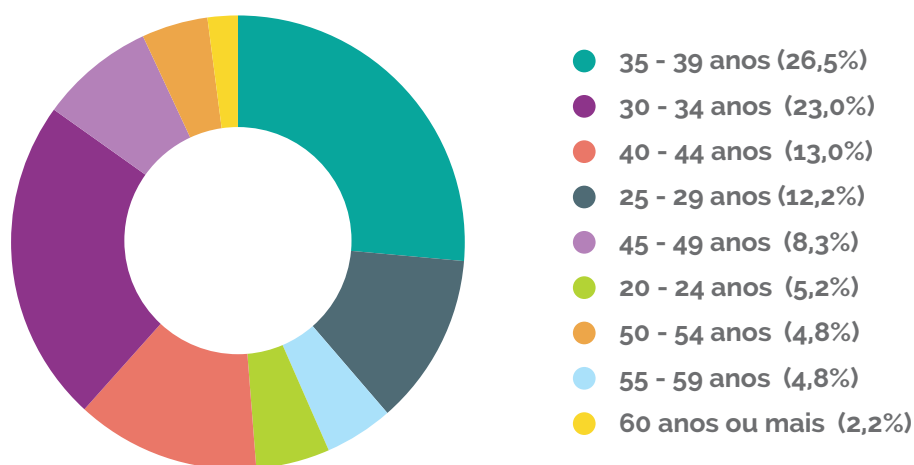


GRÁFICO 6:

## ESCOLARIDADE DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

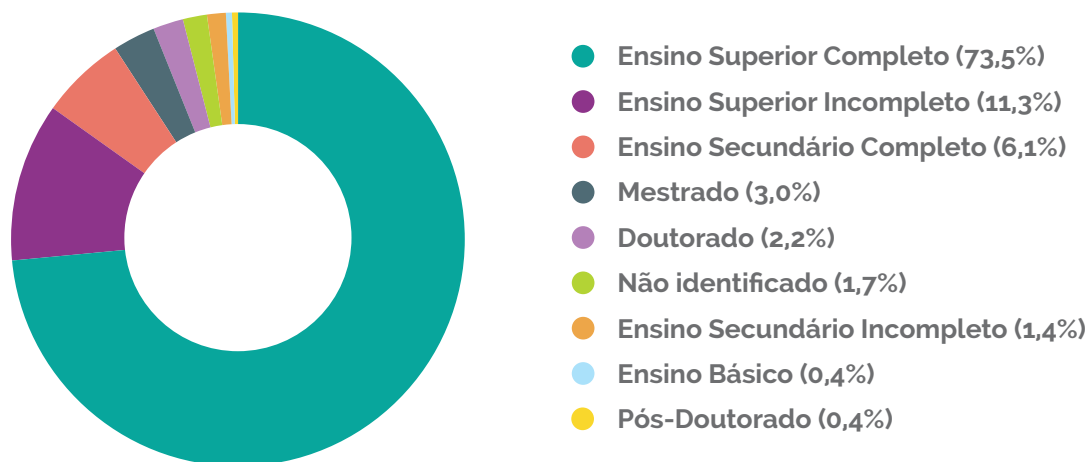


GRÁFICO 7:

## ESTADO CIVIL DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

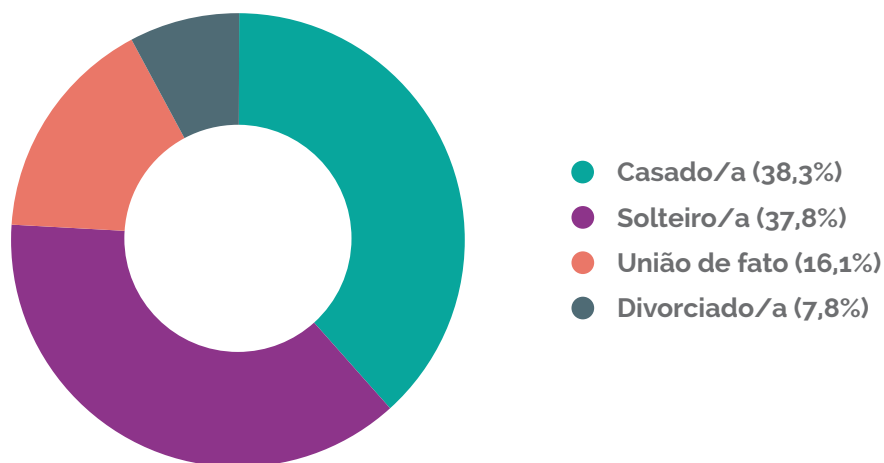
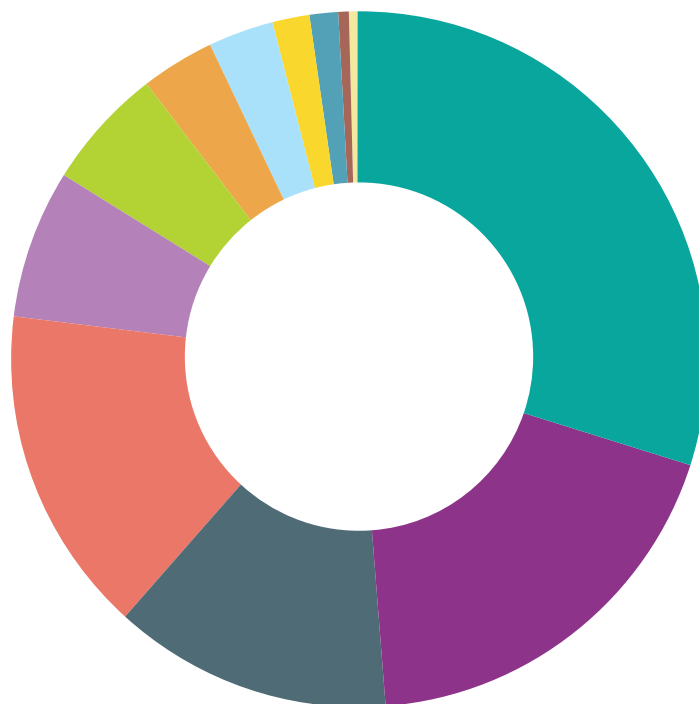


GRÁFICO 8:

## SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS



● Com autorização de residência válida por contrato de trabalho ou atividade independente "recibos verdes" (30,0%)

● Com autorização de residência válida por estudos de nível superior ou atividade altamente qualificada (18,7%)

● Com nacionalidade portuguesa adquirida (15,3%)

● Com autorização de residência válida por reagrupamento familiar (13,0%)

● Cidadão/ã da UE (7,0%)

● Com autorização de residência CPLP (5,7%)

● Com visto emitido no país de origem (estudos, trabalho, investimento, aposentadoria, etc) (3,5%)

● Em processo de regularização com a Manifestação de Interesse em análise por contrato de trabalho ou atividade independente "recibos verdes" (3,0%)

● Em processo de regularização por reagrupamento familiar (1,7%)

● Com visto de turista ou isenção de visto (1,3%)

● Em processo de regularização com a Manifestação de Interesse por contrato de trabalho ou atividade independente "recibos verdes", aguardando agendamento do SEF (0,4%)

● Em processo de regularização por estudos de nível superior ou atividade altamente qualificada (0,4%)

# 5

As perguntas sobre percepção nos permitem captar a opinião das pessoas, tanto daquelas que não sofreram discriminação na habitação como daquelas que já sofreram. Assim, é possível perceber como as pessoas imigrantes consideram o problema com base nas suas experiências individuais e coletivas, e daquilo que observam quotidianamente.

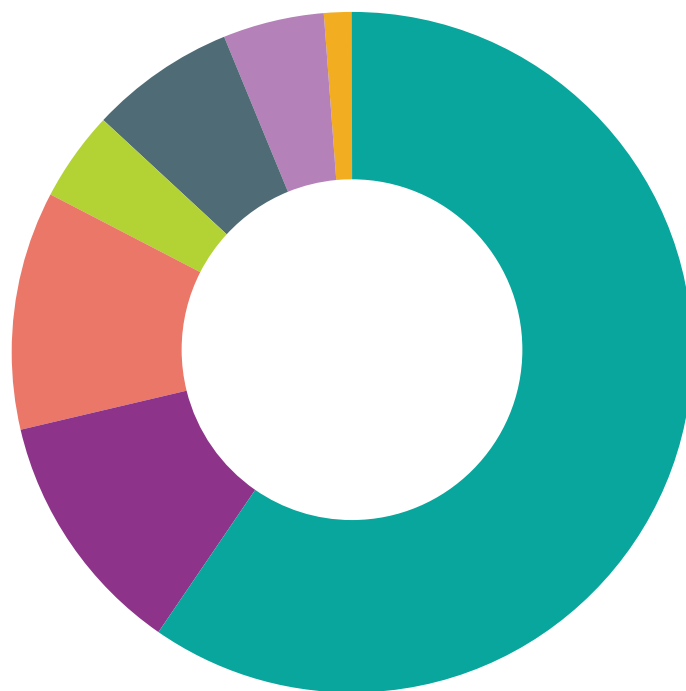
Relativamente à discriminação na habitação, é no arrendamento (59,6%) que as pessoas imigrantes inquiridas mais percebem a discriminação, sendo a **xenofobia (75,2%) a principal forma de discriminação percebida**, conforme os Gráficos 8 e 9:

## Imigração e discriminação na habitação: a percepção das pessoas imigrantes



GRÁFICO 9:

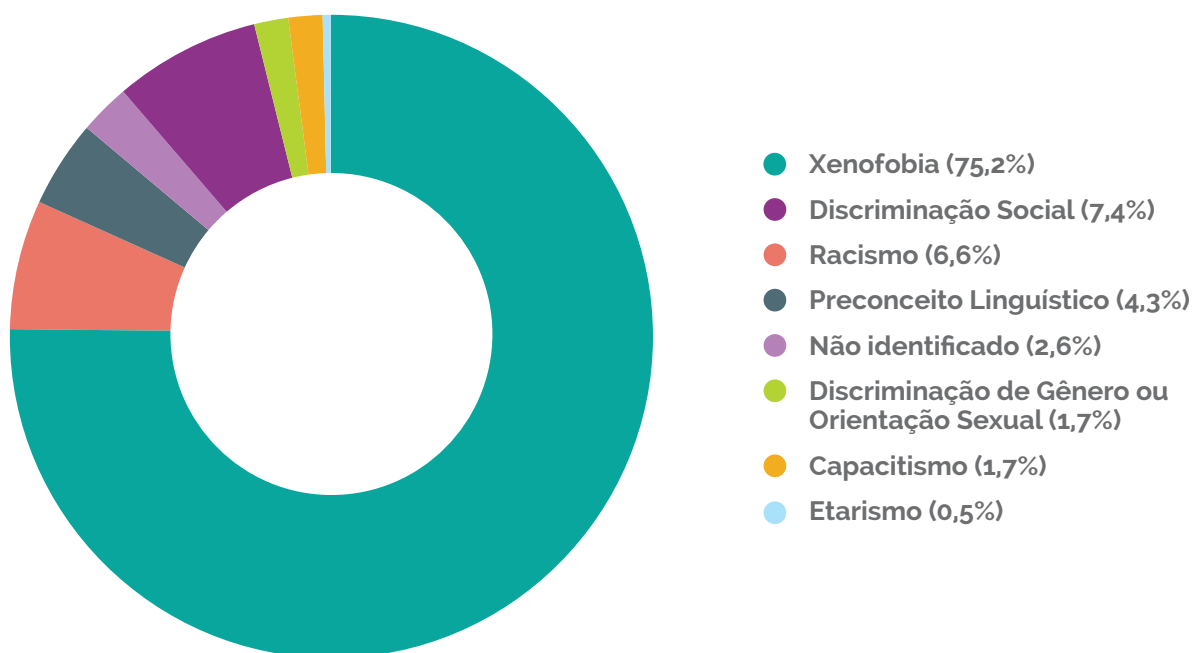
## ONDE AS PESSOAS IMIGRANTES MAIS PERCEBEM A DISCRIMINAÇÃO NA HABITAÇÃO



- Arrendamento (59,6%)
- Relação com a vizinhança (bairro, condomínio, prédio) (11,7%)
- Relação com o/a senhorio/a (11,3%)
- Imobiliárias (7,0%)
- Financiamento (4,8%)
- Não identificado (4,3%)
- Apoios à habitação (1,3%)

GRÁFICO 10:

## TIPOS DE DISCRIMINAÇÃO MAIS PERCEPCIONADOS NA HABITAÇÃO



Como já destacado, de fato, nos últimos anos o acesso à habitação em Portugal tem sido um grave problema devido ao aumento dos preços das rendas, à disponibilidade de casas e ao aumento das taxas de juro. No que respeita à imigração, estes problemas acrescem

as diferentes formas de discriminação, as dificuldades documentais para que uma pessoa imigrante consiga alugar ou financiar uma habitação, a situação de irregularidade administrativa e\ou limbo administrativo, a vulnerabilidade social e outros.

# 6

## Discriminação das pessoas imigrantes no acesso à habitação

A maioria das pessoas imigrantes inquiridas **(90,4%) respondeu já ter sofrido discriminação no acesso à habitação**, em particular no arrendamento (45,2%), como demonstram os Gráficos 10 e 11:

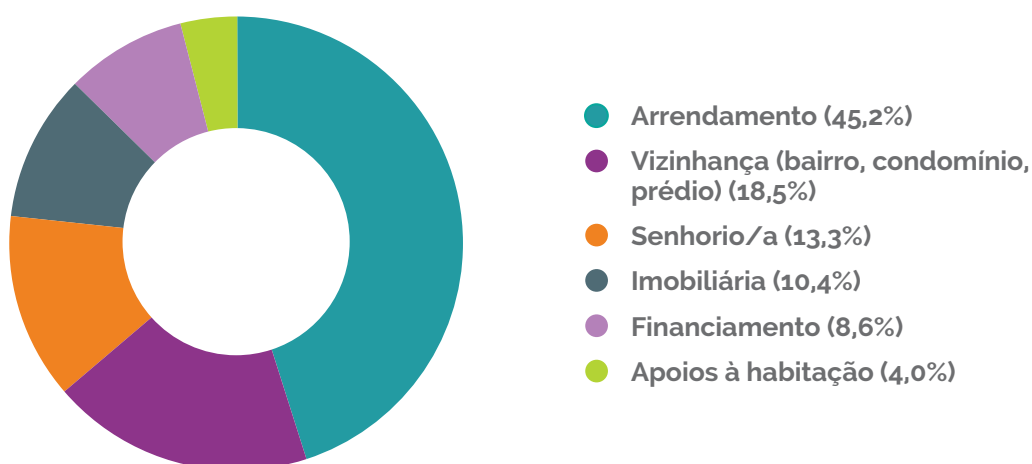
GRÁFICO 11:

## JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE DISCRIMINAÇÃO NO ARRENDAMENTO, FINANCIAMENTO OU NOS APOIOS À HABITAÇÃO?



GRÁFICO 12:

## ONDE SOFREU DISCRIMINAÇÃO NO ACESSO À HABITAÇÃO EM PORTUGAL?



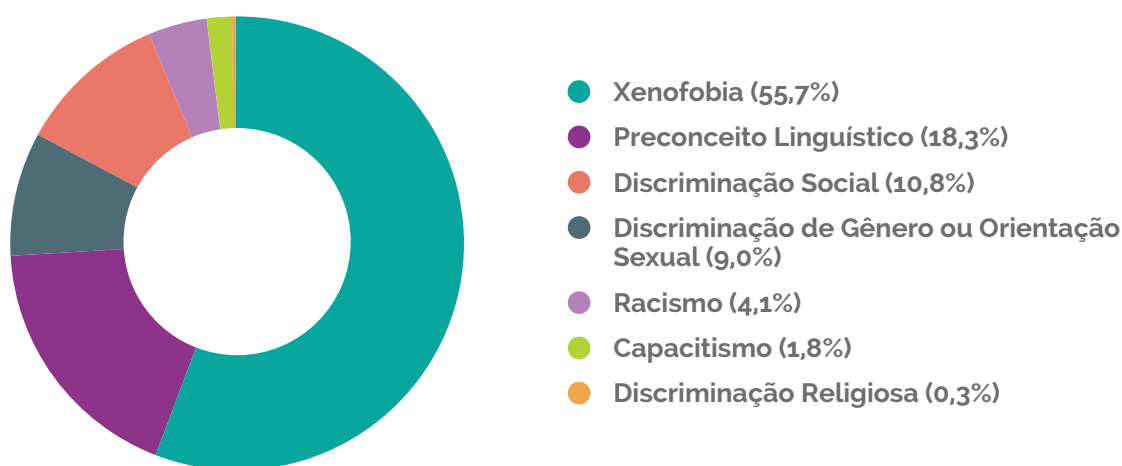
Particularmente à população imigrante brasileira, é de se destacar o relato de muitos casos em que a pessoa imigrante, brasileira, contacta o/a senhorio/a por telefone e este/a, ao ouvir o sotaque, responde que o imóvel já não se encontra disponível. Contudo, quando a mesma pessoa imigrante, brasileira, contacta falando outro idioma, como o inglês, ou pede para uma pessoa portuguesa contactar, o imóvel está disponível. Ou seja, também é

comum que a discriminação no acesso à habitação seja indireta e sutil, o que muitas vezes gera uma incompreensão do real motivo da negativa de arrendamento ou financiamento e dificulta a denúncia dos casos.

A maioria dos imigrantes inquiridos respondeu ter sofrido xenofobia (55,7%) no acesso à habitação, como demonstra o Gráfico 12:

GRÁFICO 13:

### QUE TIPO DE DISCRIMINAÇÃO SOFREU NO ACESSO À HABITAÇÃO?



# 7

## Relatos

QUADRO 2:

### TIPOS DE RELATOS DE DISCRIMINAÇÃO NA HABITAÇÃO

Discriminação na habitação: relatos das pessoas imigrantes*				
Situações relatadas	Penalização nos requisitos do arrendamento por ser imigrante (mais caução, mais documentos, mais fiadores)	Indisponibilidade de arrendamento/compra do imóvel por ser imigrante	Xenofobia/racismo direto no contato, no momento da visita do imóvel ou no imóvel arrendado/comprado	Total
Número	28	30	35	93
%	30,1%	32,3%	37,6%	100%

Foram relatadas 92 situações, mas o relato n.º 62 é composto por duas situações de discriminação.

**1**

“Já fiz uma ligação para marcar uma visita para arrendar um imóvel e a pessoa fez muitas perguntas sobre a minha vida, quase num nível pessoal, e no fim disse: sabes que a comunidade brasileira não é muito bem vista aqui em Portugal? Mas a senhora parece ser boa pessoa. Vamos marcar uma visita. Desliguei o telefone confirmando a visita, mas me senti muito mal com aquilo. Como que para arrumar um apartamento eu devia me distanciar da minha comunidade de origem? Desmarquei, e na época visitei 16 imóveis, depois de muitas negativas sequer de visitas, mas mesmo reunindo as condições de aluguel básicas, como rendimentos e fiador português, ficava quase sempre no desejo.”

**2**

“Estava finalizando o arrendamento e ao receber a AR de imigrante brasileira, voltou atrás e aumentou o valor da renda”

**3**

“A senhora que estava a arrendar disse que **não arrendava para brasileiro porque enchiam a casa de gente** ou arrendavam quartos pelo valor total da casa.”

4

“Buscando apartamento para alugar, só de ouvir o sotaque já diziam que o apartamento já estava arrendado ou faziam demasiadas perguntas. Uma vez ofereci antecipar 10 rendas e o proprietário não aceitou mesmo com todos os comprovativos, me disse que só arrendava se eu pagasse 10 cauções.”

5

“O corretor disse que aquele senhorio só alugava para cidadãos portugueses”

6

“Ao ouvir o sotaque brasileiro, já negam até mesmo a visita. Exigem muitas rendas adiantadas.

**No próprio anúncio informam que não arrendam para brasileiros.”**



## 7

“Houve um caso de violência de gênero na casa que gerou uma série de conflitos posteriores entre as moradoras. A senhoria não só retirou-se da responsabilidade de lidar com o crime que havia acontecido em sua casa como culpabilizou as mulheres brasileiras que lá viviam pelo surgimento dos conflitos - em favor da pessoa portuguesa que lá vivia.”

## 8

“Estava tentando mudar de Lisboa (Paço D’arcos) para margem sul porque os arrendamentos estavam impossíveis. E em vários episódios escutamos da parte dos proprietários razões xenofóbicas para não alugar, aqui estão algumas delas: nos dizer que já estava alugado e quando pedimos a um português para ligar não estava; dizer claramente que não alugavam para brasileiros; ou ainda que **título de residência não era documento válido** e só aceitava cartão cidadão; cobrar de 5 a 6 cauções por ser estrangeiro, etc.”

9

“Pediram 6 meses ou 12 meses de caução quando perceberam que eu era brasileira. Outros proprietários e imobiliárias diziam que o imóvel já estava alugado e depois, quando uma portuguesa ligava, conseguia agendar a visita ao imóvel.”

10

“Vou exemplificar o financiamento: Um dos bancos negou. O motivo foi por que éramos estrangeiros e não concediam crédito habitação para imigrantes”

11

“A declaração que **'Porque não volta a tua terra , sabes que aqui não vais ter a mesma vida e não sei se posso confiar nos BRASILEIROS' ”**

12

“Quando chegamos, toda vez que ligávamos para um anúncio e escutavam o nosso acento brasileiro, diziam que estava arrendado. Foi preciso pedir a uma colega portuguesa para ligar, então conseguimos agendar visitas. Nossa primeira senhoria era bastante xenófoba no trato”

### 13

“As regras para arrendamento são mais rígidas quando se trata de imigrantes e já começa aí se perceber o jeito de falar.

Recentemente liguei a uma imobiliária e, por já estar acostumada, informei que meu contrato de trabalho não é de Portugal mas que o do meu esposo, sim, que a nossa renda era compatível e tinham interesse. O senhor me questiona sobre a taxa de esforço e se tínhamos condições de fato, ele mesmo respondeu que minha renda não entraria nos cálculos e já ia desligando. Insisti e perguntei se tinha entendido, ele reafirma que só o do meu esposo seria considerado e que meu ordenado não valia nada aqui em Portugal, que meu contrato equivalia a lixo para ele. Foi mais do que ríspido e duro, foi grosseiro e sem educação. Ainda tentei argumentar mas fui vencida,

agradei e desliguei. O atendente era brasileiro. Liguei novamente para a administração para fazer uma queixa sobre o atendimento. A mesma pessoa atendeu. Perguntei então se ele era o dono da imobiliária, e sim. **Questionei, de forma muito educada por sinal, como ele sendo brasileiro se referia a outro brasileiro daquela forma**, como falava tão sem remorso e desconforto que nossos contratos de trabalho eram lixo se ele próprio vem do mesmo país. **Ele respondeu que brasileiro arrumava contratos de trabalho fajutos para armar golpes contra imobiliárias, de um jeito como se todos, inclusive ele, não prestasse e não fosse confiável**. Me indignou que ele não perguntou nada a respeito de legalidade no país ou do tipo de contrato que era. Enfim, sou servidora pública, com estabilidade e bom salário até para níveis europeus, mas neste dia me senti um lixo.”

14

“Foram diversos episódios similares, mas basicamente ao tentar arrendar um apto, quando “descobrem” que sou brasileira, as condições de arrendamento ou até mesmo o preço mudam.”

15

“Ouvi da corretora que o senhorio não queria alugar o apartamento para brasileiros.”

16

“Quando eu morava em um r/c na rua Imprensa a Estrela (rua da casa do Primeiro Ministro), meus vizinhos queriam que eu colocasse o lixo do prédio para fora todos os dias. Como se eu fosse zeladora. Teve outro episódio quando visitei um apto para arrendar e o agente imobiliário disse que eu não precisava nem enviar mensagem.”

**17**

“Portuguesa questionando o motivo de um brasileiro poder alugar uma casa bem localizada e ela não.”

**18**

“Várias situações - na verdade incontáveis - em que deixaram de dar informações sobre o arrendamento do imóvel ao ouvir o sotaque do Brasil. Tenho também cidadania italiana, temos uma situação social confortável, ambos a fazer doutoramento.”

**19**

“Estava em negociação para arrendar um apto para mim e minhas amigas, e até então estava a tratar de tudo por mensagens. O senhorio até então estava se mostrando interessado, e então marcamos de fazer uma visita. No dia da visita o senhorio ligou para mim para combinar detalhes, e quando percebeu que estava falando com uma brasileira, deu pra trás. Na mesma hora que atendeu o telefone, já perguntou se todas as pessoas eram também brasileiras e eu confirmei. Ele então disse que iria ligar para confirmar, pois tinha aparecido uns estudantes portugueses que estavam interessados, e depois retornou dizendo que iria fechar com eles. Na outra semana vi que o anúncio ainda estava ativo e pedi para meu namorado, que é português, ligar para saber detalhes. O imóvel não estava arrendado ainda, foi tudo mentira.”

**20**

“Durante a pandemia, uma situação de extrema urgência, precisava de um quarto para arrendar, estava sozinha no auge da pandemia como estudante na Universidade da Madeira. Quando encontrei um anúncio e entrei em contacto, **a senhoria disse que o quarto estava ocupado e questionou se eu realmente estava a estudar em Portugal**.

Eu contei o ocorrido para uma funcionária da Universidade que telefonou para o anúncio e a mesma senhoria disse que o quarto estava disponível. Eu fiquei com o quarto, mas precisei comprovar que realmente era estudante, porque a senhoria duvidava disso e para outras pessoas que eram portuguesas, ela não pedia nenhum tipo de comprovativo de que eram estudantes e depois sofri muita discriminação pela senhoria durante o período em que estive na casa.”

**21**

“Falar que sou brasileira é um dos motivos. Denunciar não adianta. A rede de convivência é estrutural.”

**22**

“Dificuldade em conseguir arrendar moradia por ser brasileira e perseguição de vizinho por ser brasileira.”

**23**

“Liguei para pedir informações sobre um apartamento que estava pra arrendar, que foi publicitado na internet e a senhoria disse que o imóvel já havia sido arrendado. Pedi para minha sogra - portuguesa - ligar, aí já foi marcado dia e hora para visitar o imóvel.”

24

“Arrendatário disse ‘Não arrendo para brasileiros, são muitos sujos e estragam tudo. E depois querem subarrendar os quartos. E muitas vem para trabalhar sendo puta.’”

25

“Ficou explícito que, sendo brasileiro, precisava de mais segurança financeira para o arrendamento. Tivemos que deixar 6 meses de caução.”

26

“Eu e minha namorada viemos para Portugal a trabalho, sou da área de IT e ela da área de recursos humanos, ambos ganhamos razoavelmente bem, mediante a crise salarial em Portugal. Estamos tentando arrendar algo a mais de um ano, e sempre que contactamos os senhorios há sempre uma necessidade de tornar a negociação mais difícil. Pediram os documentos e quando damos, havia sempre algo a mais para pedir, quando ficaram sem opções, pois, tínhamos todos os documentos legais, por fim acabaram por pedir o cartão de cidadão, pois sabiam que não tínhamos. Outro caso foi quando liguei para um senhorio e o mesmo disse que o apartamento já estava alugado, **liguei de outro número, mas dessa vez falando em inglês e o senhorio aceitou receber visitas para ver o apartamento.**”

**27**

“No período estava a procura de um imóvel, tínhamos marcado a visita e estava correndo tudo bem. Mas depois de nos falarmos por telemóvel pela primeira vez e o proprietário perceber que éramos brasileiros, começou a criar dificuldade para que a visita ocorresse e já não nos atendia ou respondia às mensagens.”

**28**

“Liguei para o senhorio a perguntar se podia agendar uma visita a um apartamento anunciado há poucas horas, e este me respondeu que já estava arrendado. Pedi a um amigo português para fazer a mesma ligação e o apartamento afinal estava disponível.”

**29**

“Senhoria disse que não arrendava para brasileiras porque elas traziam muitos homens a casa e aquele era um ambiente de família.”



**30**

“A vizinha de baixo já foi algumas vezes no apartamento que moro reclamar de barulhos que na minha percepção não fazia sentido, como passadas a noite para ir à casa de banho ou levar o colchão do quarto à sala. Comecei a perceber também que ela me olhava estranho e sempre que estava com a porta do seu apartamento aberta conversando com outras vizinhas, quando eu adentrava o prédio, ela encostava imediatamente.”

**31**

“Sou brasileira e meu sotaque é inconfundível. Eu estava a procurar um apartamento em Coimbra e liguei a um número que estava em uma placa de arrendamento. A pessoa que me atendeu disse que ele já havia sido arrendado. Então, pedi a um colega português para fazer o mesmo e para ele o apartamento estava disponível.”

**32**

“Por dois anos consecutivos, foram exigidos 12 meses de renda por ser estrangeiro.”

**33**

“Já morei em três apartamentos em Coimbra, todos só consegui arrendar com fiador e pagamento com antecedência de 3 arrendamentos, o que não é habitual. Como estou com a minha família (esposo e 1 filha) e preciso de apartamentos maior e com infraestrutura, então acredito que sai um pouco do padrão estudante. **Em uma das experiências, uma vizinha frequentemente nos insultava com lixo na porta**, reclamações inconsistentes, e sempre xingava de ‘brasileiros voltem para sua terra’ e pessoas de cor devem aprender a viver em Portugal.”

**34**

“Ao perceber que a interessada no imóvel era uma mulher brasileira, o imóvel já não estava mais disponível.”

**35**

“Agendei uma visita, o senhorio não apareceu. Em outro momento, quando ligamos interessados no imóvel, ao perceber que sou brasileira, logo já dão desculpas ou pedem comprovativo de renda bem alto.”

36

“Sempre que ligo para saber de um anúncio e ouvem o sotaque brasileiro já dizem que está arrendado, peço algum português para ligar e marcam visita.”

37

“Arrendamentos sem contrato, ameaças constantes de expulsão do imóvel, invasão do senhorio no imóvel sem aviso prévio, adiantamentos absurdos das rendas (muitas delas com ligações durante a madrugada), não manutenção do imóvel.”

38

“Já sofri inúmeras, mas o mais forte foi em uma visita a um apartamento em que **o corretor visivelmente ficou irritado porque éramos brasileiros e um casal gay**. Ele abriu o apartamento e foi na frente nem quis nos apresentar direito, foi grosso e **ficou nos corrigindo para o seu português, aumentou as condições que já havíamos lido no anúncio antes**, e ainda houve uma pequena discussão sobre o que era preciso para arrendar.”

**39**

“Tinha todas as condições para o arrendamento, inclusive fiador português e boa recomendação deste ao senhorio e o mesmo disse que não se sentia confortável a arrendar para brasileiros.”

**40**

“Era referente a um anúncio de arrendamento, o senhor que atendeu percebeu meu sotaque brasileiro e me distratou, referindo despaútérios sobre os brasileiros, disse vários xingamentos e me desligou na cara. Houve outros casos, onde me mandaram voltar pra minha terra, não entendia o que os brasileiros vinham fazer aqui. Outro , atendeu telefone e disse em seguida, não arrendo para brasileiros e desligou telefone na cara. Enfim.”

**41**

“Tivemos que dar mais cheque caução que o habitual e adiantar o primeiro mês de arrendamento.”

42

“Muitas barreiras em conseguir arrendamento depois de falar que sou brasileiro ou simplesmente depois de uma conversa onde seja perceptível que sou brasileiro. Os senhorios mudam valores de renda, mudam os documentos necessários e pedem mais rendas e cauções. Já recebi um pedido de 12 cauções, ou seja, o contrato inteiro deveria ser pago de uma vez na entrada. Na relação com senhorio, pedi apoio para consertar um vazamento de água na casa e ouvi que ele não iria ajudar e que se eu estivesse insatisfeito que voltasse para o meu país. No dia que assinei o contrato de arrendamento ouvi que ele não costuma alugar para brasileiros pois “destroem tudo”.

**No fim ele não queria devolver meus cauções antes de que eu assinasse um contrato de rescisão do aluguel, onde estava confirmado que já havia recebido o valor e também que devolvesse as chaves, o que me deixaria totalmente vulnerável para que ele não me pagasse a caução.**

Nesse caso a imobiliária me apoiou - na pessoa específica de um brasileiro que trabalhava lá - mentindo ao senhorio de que eu havia assinado o contrato e entregue as chaves, assim ele realizou o pagamento. Nos apoios sociais é praticamente impossível conseguir um contrato que seja registado nas finanças, o que me tira todo acesso aos apoios. Os senhorios argumentam que o registo nas finanças eleva muito o valor da renda. Já arrendei dois apartamentos aqui e não consegui o registo.”

43

“Pedido de caução maior do que para outros inquilinos (de nacionalidade portuguesa), cobrança de valor extra para fazer um contrato de arrendamento e comentários racistas do senhorio sobre outros inquilinos.”

44

“O senhorio não disse que os brasileiros são sujos e não limpam a casa e não nos arrendou a casa.”

45

“Foram muitos. Mas o último foi quando **fui pedir auxílio ao banco sobre o que fazer com o aumento da taxa de juros do crédito habitação que tenho e ouvi a gestora da minha conta de banco dizer que além de não ter esse problema com outros clientes**, não podia me ajudar porque não era nem para eu estar sendo atendido por ela, já que eu não tenho patrimônio para isso.”

## 46

“Na tentativa de fechar um arrendamento onde o intermediário não conseguia explicar porque o senhorio não concluía o arrendamento. Oferecemos até 3 rendas adiantadas, (o que é um absurdo e hoje as pessoas que podem pagam ano adiantado), porém não obtinham resposta. Até um dia que pressione o simpático intermediário português que nos revelou ter intercedido junto à senhoria dizendo que o casal brasileiro era “distinto”. No final, encontramos um outro apartamento melhor que fechamos. Porém, a amiga do novo senhorio perguntou a amiga que nos indicou se “éramos de confiança”. Já o novo senhorio português é imigrante também e uma pessoa que confiou e hoje no segundo ano, não temos nem contrato.”

## 47

“A senhora da imobiliária nos encontrou para vermos a casa e lá chegando ela disse que, caso arrendássemos, ela sempre passaria lá para ver e que **os brasileiros acham que aqui é favela como no Brasil e que podem fazer o que querem. Insinuou que os vizinhos de baixo eram brasileiros mas que 'apesar disso' eram 'boa gente'.** Claro que saí e nunca mais entrei em contato.”

48

"Sofri xenofobia e assédio ao alugar um quarto e o senhorio propor a ficar com ele em troca de pagar o aluguel e ouvir coisas do tipo *as brasileiras são rabudas e safadas, gosto de ficar com uma pretinha.*"

49

"Caução altíssima por medo de calote/mudar as regras do arrendamento ao saber que éramos brasileiros/financiamento negado em um banco mesmo mostrando condições de pagamento."

50

"Você ligar para as imobiliárias sobre anúncios recém-postados e pelo sotaque brasileiro já logo dizerem que arrendaram ou já estavam com uma fila muito grande para visitar."



**51**

“Foi me pedido 3 rendas inteiras como garantia por ser estrangeira, sendo que tenho trabalho estável com comprovação de IRS e recibo de salário.”

**52**

“Na época os bancos disseram que não dão financiamento a imigrantes com menos de 1 ano de residência em Portugal.”

**53**

“Aumentavam o número de calções quando percebiam que eu era brasileira.”

**54**

“Por diversas vezes, em ligação para saber sobre arrendamento por meios de contato com o senhorio arrendatário, tive ligações desligadas e até mesmo ouvi que não arrendaria para imigrantes. Coisas como aumento de preços e exigências novas a cada suprimento da anterior para difícil ainda mais a renda, demonstrando que não havia interesse em arrendar para imigrante.”

**55**

“Desligavam o telefone, logo assim que escutavam o sotaque.”

56

“Diversos casos, desde uma senhoria onde eu alugava um quarto me dizendo que **jamais alugaria quarto para um negro, realizando ameaças psicológicas dizendo que tinha uma arma em casa e que já havia mandado matar pessoas**, dizendo que a vizinha comentava sobre a forma como eu me vestia, dizendo que eu jamais conseguiria alugar algo só para mim, que não fosse um quarto, pois ninguém alugaria casa para uma brasileira.

Outra vez, quando fui na imobiliária, procurando apartamentos por até 900 euros, disseram que eu deveria procurar um quarto, pois não há casas nem para as pessoas que são daqui.

**Já vi anúncios de imobiliária dizendo explicitamente nos anúncios que o "perfil do inquilino" que buscavam era Europeus ou Americanos.**

E diversos outros casos sutis em buscas por casas, onde sequer me contatavam para notificar a recusa, faziam-me enviar os documentos e nunca mais respondiam, quando eu entrava em contato, falavam que não estava mais disponível.”

**57**

“Ao tentar agendar uma visita para um quarto. Tudo corria bem durante troca de mensagens, mas no momento que o contato era por telefone, ao notar o meu sotaque, eu era informada que o quarto já não estava mais disponível. Isso aconteceu várias vezes. Então passei a pedir para uma amiga portuguesa ligar para agendar as visitas depois da minha ligação, e os mesmos quartos ainda estavam disponíveis. Ano passado saí do aluguel de quarto para alugar um apartamento no meu nome. Visitei um apartamento e gostei, então fiz a proposta para a imobiliária. Fui informada que minha proposta foi rejeitada pois a proprietária tinha escolhido outro inquilino. No dia seguinte vi o mesmo apartamento ainda disponível em anúncio e com valor ainda mais baixo do que estava quando fiz a proposta”

**58**

“As pessoas contatadas por telefone perguntam minha idade e quando não perguntam pedem muitos meses de adiantamento no arrendamento de quartos. Mesmo tendo todos os documentos”

59

“Entrei em contato com um senhor para arrendar o imóvel dele. Ao notar o meu sotaque e sequer me passou as informações. Descartou grosseiramente meu interesse. E, minha vizinha de andar mantém muita distância e age com frieza aos meus cumprimentos diários. Tive que pedir a ajuda dela para dar entrada na Junta da Freguesia no comprovante de residência. Este documento foi exigido pelas Finanças para alterar a minha nova morada. Uma situação constrangedora, não entendo porque isto funciona assim e penso que o órgão devia estar ciente da desconfiança contra imigrantes e

criar alternativas de comprovação para emitir o documento, por exemplo o contrato de arrendamento. Naturalmente ela não gostou. De facto, a pessoa tem que ceder a foto do Cartão de Cidadão. É mesmo um documento muito pessoal. Depois de certo tempo, precisei dela mais uma vez, para o meu filho. Ela disse-me, duvidando minha idoneidade, que eu estava enganando-a pois não via meu filho. E ainda disse que uma pessoa “preta” da minha casa foi lá outra vez, o que nunca aconteceu. Julguei que além de ser xenófoba ainda é racista. A pior coisa pra mim é desconfiarem do meu caráter”

## 60

“Moramos num apartamento no centro de Lisboa, onde qualquer coisa que quebrassem, estivesse desorganizada ou lixo na escada, sempre eram os brasileiros do 5º andar. Mesmo não sabendo se acontecia durante o dia. Sempre éramos culpados!!”

## 61

“Ao ligar para alguns anúncios de arrendamento, ao perceberem já no primeiro contato que era brasileira, os proprietários disseram que o imóvel já estava arrendado. E em outro episódio, apesar de ser bem recebida pelo corretor de imóveis, o mesmo disse que a proprietária não alugava o imóvel para brasileiros, que ele ocultaria essa informação (que ele também não concordava com posição da proprietária), já que tínhamos cidadania portuguesa”

## 62

“Eu e o meu marido, ambos brasileiros e ele um homem negro, tentamos arrendar uma casa em Alcântara. Enviamos todos os nossos documentos. Ambos tínhamos rendimentos mais do que suficientes e também todos os nossos documentos em dia — eu inclusive tinha cartão do cidadão. A imobiliária nos disse que poderíamos, inclusive, fazer uma proposta de arrendamento com intenção de compra posterior. Lá fomos nós fazer uma carta detalhada sobre as nossas intenções de comprar o apartamento ao fim de um ano e meio. Apesar de todas essas coisas, a agente imobiliária nos informou que não poderíamos avançar com o aluguel pois “temos um cão” — algo que, no momento da nossa visita, não era um problema. Nós então pedimos para ver se havia mesmo um acordo no condomínio para a

proibição de animais e estávamos tentando manter uma comunicação com ela por email e mensagem de texto, para termos tudo registrado. No entanto, ela disse que só poderia falar por telefone. Notamos que havia algo estranho. Minutos depois, o meu marido conversou com o agente imobiliário, que confessou ao meu marido que o motivo real de não quererem avançar conosco é porque somos brasileiros. Disse ele que os proprietários não queriam alugar a casa para brasileiros. Na altura recolhi todas as provas que eu podia sobre esse caso, inclusive responsabilizando as imobiliárias por endossarem esse comportamento ILEGAL. Denunciei o caso para o Alto Comissariado das Imigrações (ACM) e até hoje nunca obtive uma resposta. Isso foi no final de 2019”

63

“Ao procurar uma imobiliária para ver uma casa que tinha gostado, o corretor disse que não havia como negociar a questão do fiador português, fazendo questão de realçar que **nem para uma francesa fizeram exceção** e assim era ‘melhor para todo mundo’”

64

“Foi-me dito que não alugavam um apartamento a brasileiros, porque não confiavam no cuidado que teriam e se cumpriram com o acordo do pagamento”

65

“Piadas sobre ser brasileira e associações disso a uma condição de potencial ladra. Correção na utilização de termos pt-br para pt-pt quando a pessoa claramente compreendeu a que eu me referia, visto que apenas a pronúncia não é igual em ambos os casos.”

66

“Em uma visita **o corretor somente falava com o meu filho que é homem e não dirigia a palavra para mim em nenhum momento** .

Em outra visita as corretoras disseram que eu teria que ter muitos documentos para conseguir arrendar o apartamento, sendo que a minha renda era compatível, elas pediam um depósito caução de 6 meses, 6 meses!!!”

67

“Dois casos emblemáticos: 1º, liguei à imobiliária acerca de um anúncio de imóvel e prontamente foi-me dito que o imóvel não estava mais à disposição. Como o anúncio permanecia, pedi ao meu marido (português) que ligasse e marcasse a visita, o que foi feito em 15 minutos. 2 dias depois, durante a visita com o agente imobiliário, não abri a boca durante toda a visita, exceto no fim, quando identifiquei-me e questionei a razão do apartamento não estar disponível para mim, brasileira, mas para o meu marido português estava. Não obtive resposta. 2º caso. Agendei a visita pelo site de anúncios e, quando o senhorio ouviu a minha voz (e percebeu o meu sotaque), disse que só arrendaria a mim com o pagamento de 1 ano de renda à vista (sem sequer pedir IRS ou contrato de trabalho ou documento de residência)”



**68**

“Desde a busca pelo imóvel já foi tudo muito difícil. Muitas imobiliárias não respondem ou dizem que o imóvel já está arrendado, mas o mesmo seguia por semanas no catálogo virtual. Outros casos, já enviaram e-mail ou ligaram explicitando as regras de arrendamento PARA ESTRANGEIROS. Que demandava mais garantias (chegaram a me exigir um ano de renda adiantados). Já aconteceu muitas vezes dos senhorios recusarem-se a fazerem obras ou reparos necessários, dizendo que se estivéssemos infelizes era para deixarmos o imóvel. A situação apenas se resolveu após contratar um advogado e notificar a senhoria.”

**69**

“Senhorios não querem arrendar para brasileiros.”

**70**

“Não respondem minha mensagem, desativa ao anúncio, ou quando ligam e percebem que é brasileiro diz que já alugou.”

**71**

“Basta iniciar a conversa, percebem que não somos portugueses, a dificuldade aparece e as exigências são enormes. Principalmente porque a grande maioria dos proprietários não regularizam contratos nas finanças. Eles contam com a ilegalidade dos imigrantes, que tem medo de denunciar, para abusar das situações.”

**72**

“O senhorio sugeriu que eu ficasse no país e me casasse com um cidadão português para que obtivesse a cidadania.”

**73**

“Foi combinado, mas ao chegar a Portugal a pessoa desistiu de alugar a brasileiros. E nós perdemos mais de 700 euros em Airbnb até conseguir outro lugar.”

**74**

“Preferência a portugueses em detrimento de brasileiros e de pele negra para arrendar.”

**75**

“Não me sinto confortável em compartilhar muito, mas aproveito a oportunidade para comentar que tentaram nos levar a pagar mais e “explicar” as cláusulas do contrato como sendo vantajosas para nós, quando claramente nos deixavam em uma posição mais vulnerável. Agora para a renovação estão exigindo novos documentos, dificultando o processo.”

76

“Quando eu procurava imóvel para arrendamento, eu sentia que ao ouvirem meu sotaque e perceberem que sou brasileira os agentes imobiliários não me davam atenção e já diziam que não tinham nenhum imóvel disponível. Depois, ao procurar imóvel para comprar eu sentia o mesmo, eu sentia que eles achavam que eu estava apenas especulando, mas como imigrante não conseguiria comprar. Precisei da intermediação de uma amiga portuguesa para um primeiro contato e eu sempre tinha que deixar claro desde o começo que eu já tinha o crédito habitacional aprovado. Além disso, **muitas imobiliárias me negaram atendimento estando sozinha, sempre colocavam como condicional que meu marido estivesse presente** (ele também é brasileiro, então acredito que era discriminação de gênero).”

77

“Mais de uma vez disseram que o senhorio não queria brasileiro.”

78

“Pediram 10 rendas adiantadas porque éramos brasileiros. Portugueses deviam pagar adiantadas 2 rendas.”

**79**

“Por sermos brasileiros tivemos que pagar a renda de 12 meses antecipado.”

**80**

“Não pude partilhar o mesmo elevador com uma senhora que pediu para ir sozinha assim que percebeu que éramos brasileiros.”

**81**

“A polícia foi chamada de madrugada pra porta do meu quarto (e entrou sem autorização) porque eu estava assistindo séries num volume muito alto.”

**82**

“Por diversas vezes liguei para saber se o imóvel estava disponível para arrendamento, após perceberem que somos brasileiros, o imóvel sempre tem resposta que já foi alugado, ou que precisamos dar duas ou até 3 rendas +caução , fiador. E quando percebem nosso sotaque do Brasil já dizem que não está mais disponível. Fui até uma imobiliária e expliquei a dificuldade em arrendar e o próprio corretor (um português) disse que é raro quem quer arrendar às pessoas brasileiras. Fiquei envergonhada e senti o preconceito explícito em minha frente.”

**83**

“Na busca por arrendamento, alguns consultores imobiliários informavam que o/a senhorio/a não aceitavam brasileiros.”

**84**

“Ao saber que era brasileira mudou os termos da proposta de arrendamento e tornou impossível ser efetivada por exigir 8 meses adiantado, incluindo 3 rendas e 5 meses de caução, além de fiador português.”

**85**

“Senhorio tratava mulheres brasileiras, primeiro com assédio e, quando não correspondido e se sentindo ameaçado pelas denúncias de insalubridade dos seus imóveis, com assédio moral, misoginia e xenofobias.”

**86**

“Eu tinha todos os documentos, o dinheiro e tudo que me pediram, 4 valores da renda e um fiador português, só porque o fiador não era tão rico, a pessoa queria pedir mais dinheiro como garantia.”

**87**

“Na ocasião de telefonar para buscar mais informações sobre o valor do anúncio de arrendamento encontrado na imobiliária, o responsável pelo anúncio disse: “para arrendar a brasileiros, são necessários 24 meses de renda adiantada.”

**88**

“Um dos episódios mais marcantes que tive foi quando, no dia em que meu senhorio estava a mostrar a casa para uma possível nova inquilina, o tópico de eu ser judia foi levantado e a menina disse que não queria morar com alguém assim.”

**89**

“É comum que senhorios estabeleçam condições diferenciadas (mais rendas adiantadas) a inquilinos brasileiros. Quando fui arrendar o apartamento recebi a dica de uma corretora de imóveis brasileira de me apresentar como “engenheiro de informática” para tentar romper um pouco esta barreira. Ainda assim foi necessário pagar de antemão 5 rendas e 2 alugueis de depósito para conseguir alugar um T2 na região do Grande Porto.”

**90**

“A pessoa não quis nem mostrar o apartamento que estava para alugar porque sou brasileira e ela disse que não alugava para imigrantes.”

**91**

“Simplesmente diz não arrendar para brasileiros.”



**92**

“Por vezes me disseram que não arrendariam para Brasileiros, mesmo com documentação em dia (Cidadania e Autorização de Residência) e com o valor que foi conversado em mãos.”

**93**

“Pediram fotos e descrição por escrito das atividades minhas e do meu marido.”

**94**

“Em um dos apartamentos que visitei, o agente imobiliário foi solícito, e mostrou o sítio adequadamente, mas orientou a desistir de qualquer proposta de arrendamento. Segundo ele o proprietário não aceitaria brasileiros. Ignorei o incidente devido à atenção do corretor, que se mostrou também incomodado com aquilo, e disse que não via a hora de romper com o tal senhorio. Enfim acabei buscando outras opções.”

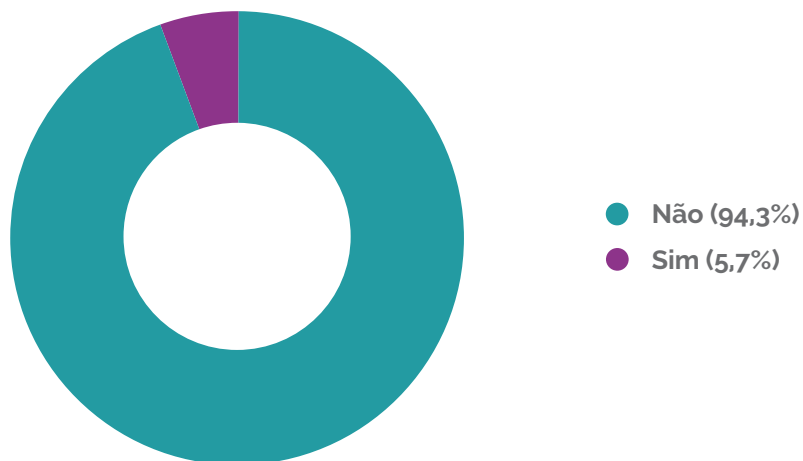
A large, stylized green number '8' is positioned at the top of a large white circle that occupies the right side of the page. The number is composed of two rounded, overlapping shapes.

A maioria das pessoas imigrantes inquiridas, isto é, **94,3% respondeu não denunciar** quando sofre discriminação no acesso à habitação em Portugal, como demonstra o Gráfico 13:

## Denúncia da Discriminação

GRÁFICO 14:

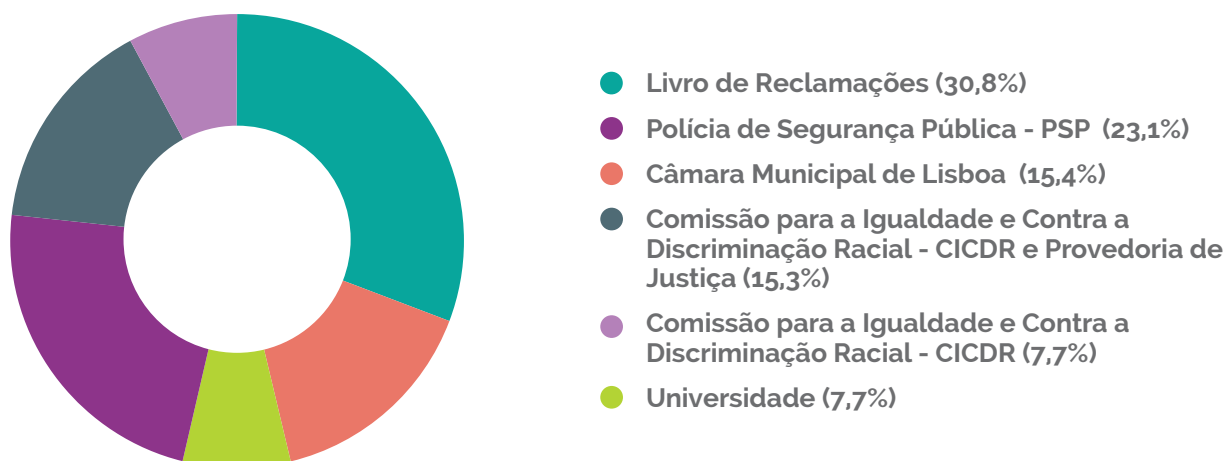
## DENUNCIOU A DISCRIMINAÇÃO SOFRIDA NO ACESSO À HABITAÇÃO?



Nos caso onde a discriminação no acesso à habitação foi denunciada, o principal meio utilizado foi o livro de reclamação (30,8%), conforme o Gráfico 14 abaixo:

GRÁFICO 15:

## ONDE DENUNCIOU A DISCRIMINAÇÃO SOFRIDA NO ACESSO À HABITAÇÃO?



Assim como em outros países, em Portugal a maior parte dos casos de xenofobia e outros tipos de discriminação não são alvos de queixas e dificilmente chegam aos tribunais, pois são particularmente difíceis de ser provados, sobretudo quando se trata de episódios sutis. O último relatório (2022) da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) ilustra esta realidade: **1 em cada 5 queixas deu origem a um processo de**

**contraordenação.** Os motivos para não denunciar são múltiplos, desde o medo, falta de confiança nas instituições, falta de informação, vergonha e/ou falta de provas. No caso da habitação, pode ser ainda mais difícil conseguir provar a discriminação, visto que os primeiros contatos geralmente são por telefone. Os relatos das pessoas imigrantes inquiridas apontam para a confirmação dessa tendência:

**Certeza de impunidade.**

**A discriminação não é explícita e carecia de provas, além disso, a insegurança de ser imigrante e do desconhecido nos impede de agir.**

**Foi por telefone e eu não tinha gravação.**

**Como provar algo que é via contacto telefónico? No caso dos adiantamentos das rendas, a dificuldade em conseguir um imóvel faz com que nos sujeitamos às práticas.**

Diante dos inúmeros casos que vejo, da total inércia e impunidade, não tenho credibilidade nas instituições para fazê-lo.

Me senti impotente por estar sozinha em outro país e me senti coagida pelas pessoas envolvidas.

Não sabia nem que era possível.

Primeiro por ter ficado em estado de choque, aquilo mexeu muito comigo. Segundo, por não saber identificar aquilo como uma caso de xenofobia e nem ter como provar. Terceiro por não saber nem por onde começar uma denúncia. Por último, por não saber dizer se vale a pena fazer.

Porque entendo que há uma justiça MUITO falha, com poucos profissionais capacitados e com desejo de levar casos dos imigrantes com a devida importância.

As discriminações que sofri foram veladas, na procura por apartamento, pela minha forma de falar ou escrever, não tenho provas suficientes para fazer uma denúncia.



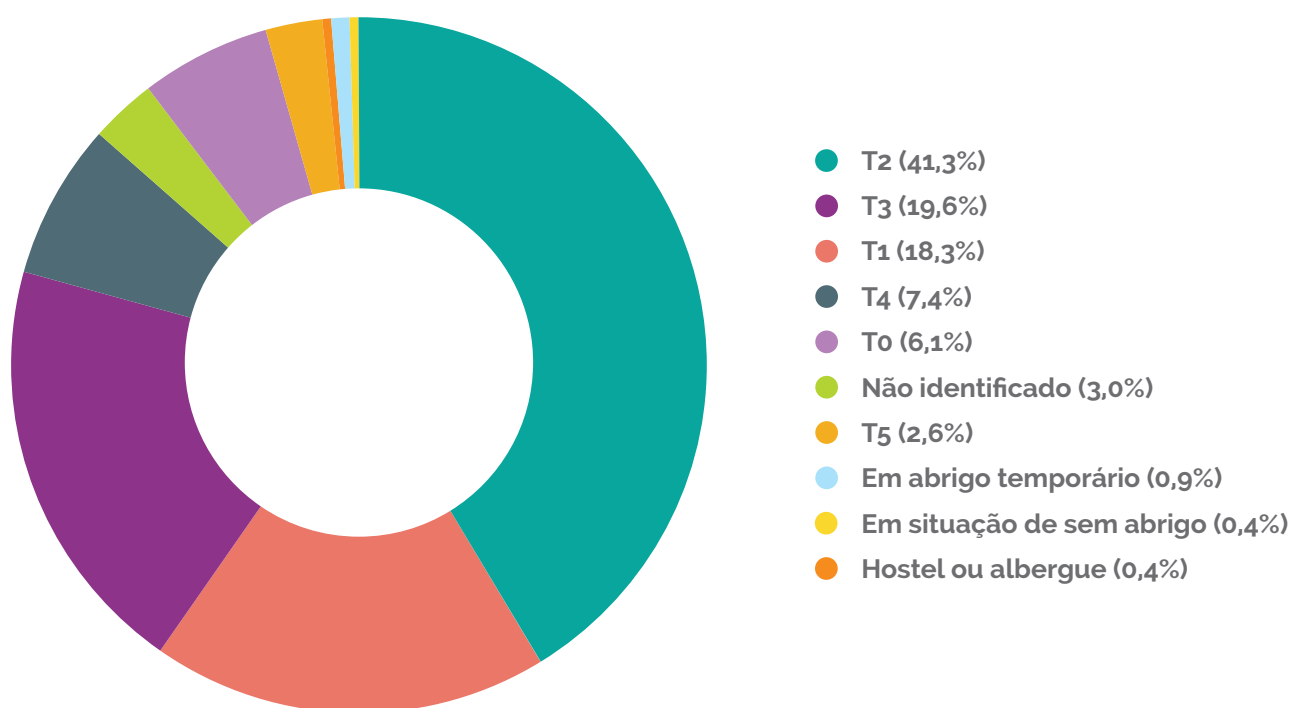
# 9

A maioria (41,3%) das pessoas imigrantes inquiridas respondeu morar em um **apartamento/casa de dois quartos (T2)**, conforme demonstra o Gráfico 16, a viver num quarto sozinho\a (21,2%), ou a partilhar o T2 enquanto casal (namorado\ a, união de fato ou cônjuge) e\ou outros membros da família (18,8%), como demonstra o Gráfico 17:

## Condições de habitação das pessoas imigrantes

GRÁFICO 16:

## TIPO DE HABITAÇÃO DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

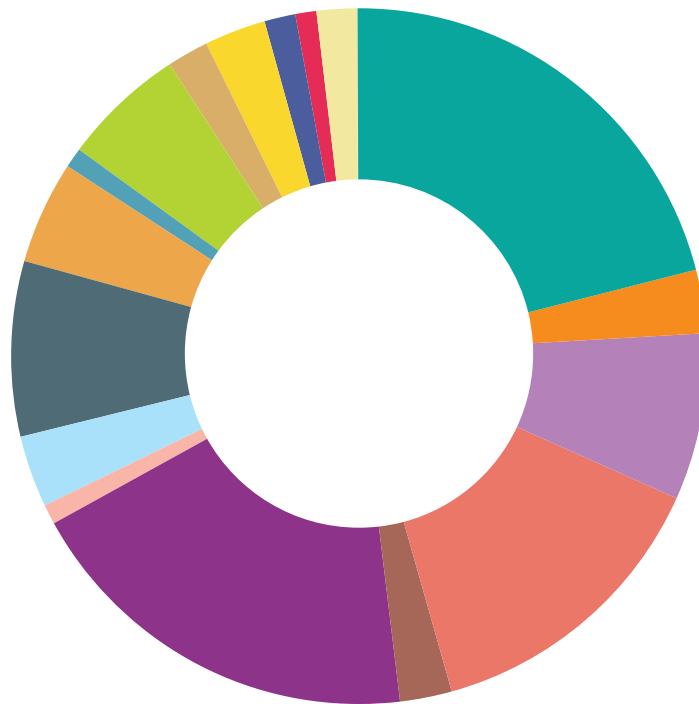


O aumento no valor do arrendamento em Portugal, sobretudo em Lisboa e no Porto, é uma realidade atual que impede as pessoas de conseguirem pagar

sozinhas por uma habitação e este problema é transversal à imigração, como demonstra o Gráfico 16:

GRÁFICO 17:

## SITUAÇÃO HABITACIONAL DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS



- Num quarto sozinho/a (21,2%)
- Partilho um T2 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato e/ou outros membros da família (18,8%)
- Partilho um T2 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato (13,9%)
- Partilho um T3 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato e/ou outros membros da família (8,2%)
- Partilho um quarto com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato e/ou outros membros da família (7,7%)
- Partilho um T3 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato (5,7%)
- Partilho um T1 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato (4,8%)
- Partilho um T1 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato e/ou outros membros da família (3,4%)
- Num quarto compartilhado com mais 1 pessoa (3,0%)
- Partilho um T2 com um/a amigo/a (2,8%)
- Partilho um T4 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato e/ou outros membros da família (2,4%)
- Partilho T0 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato e/ou outros membros da família (2,0%)
- Não identificado (1,8%)
- Num quarto compartilhado com mais 2 pessoas (1,3%)
- Partilho um T5 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato e/ou outros membros da família (1,0%)
- Partilho um T4 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato (1,0%)
- Partilho um T0 com meu/minha namorado/a, cônjuge ou união de fato (1,0%)

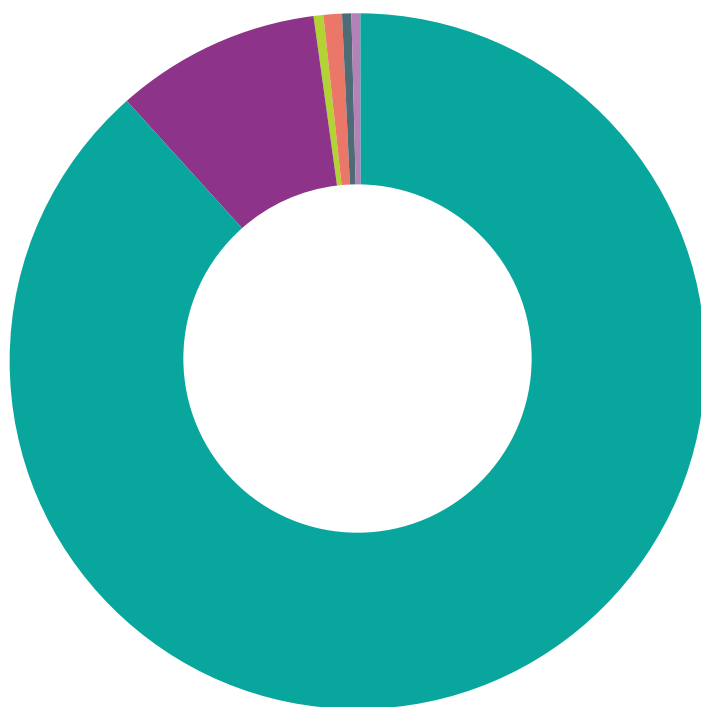


O Gráfico 17 demonstra esta realidade do preço das rendas: a maioria das pessoas imigrantes inquiridas compartilham uma habitação, seja arrendando um quarto ou partilhando

casa com outras pessoas. Além disso, a maioria das habitações são arrendadas (88,3%), como demonstrado no Gráfico 18, abaixo:

GRÁFICO 18:

## MODELO DE HABITAÇÃO DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS



- Arrendada (88,3%)
- Própria, estou a pagar o financiamento (9,6%)
- Numa casa do programa de apoio à habitação (0,9%)
- Própria, já terminei o financiamento (0,4%)
- Não identificado (0,4%)
- Em regime de comodato (0,4%)

No que diz respeito ao valor das rendas, a dispersão das rendas varia de 700-900 euros a 1.400-1.600 euros por tipo de

habitação (T0, T1, T2, T3, T4 e T5), conforme demonstra o Gráfico 19:

GRÁFICO 19:

### TIPO DE HABITAÇÃO VERSUS VALOR DO ARRENDAMENTO/FINANCIAMENTO DAS PESSOAS IMIGRANTES INQUIRIDAS

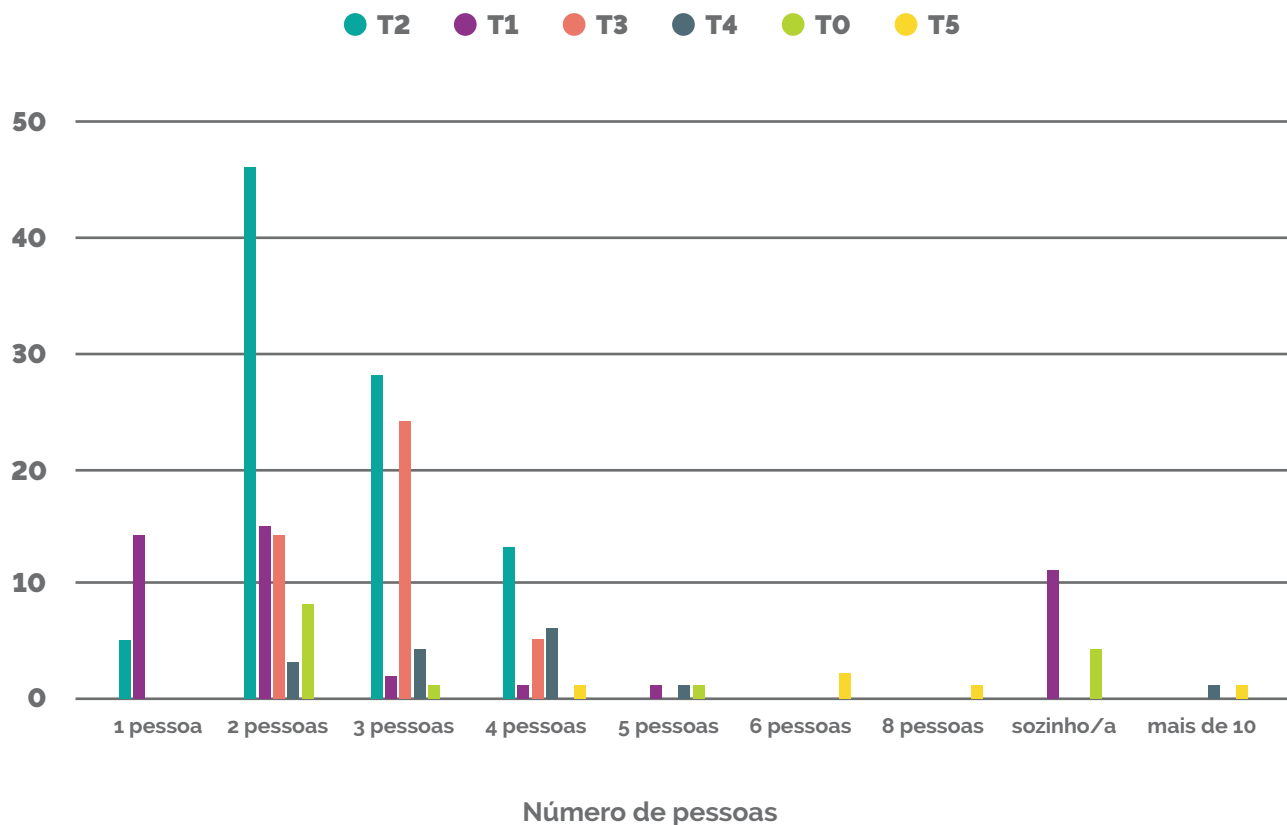


Além disso, a maioria das pessoas imigrantes inquiridas respondeu viver numa habitação de dois quartos (T2)

com duas pessoas (a contar com a pessoa inquirida), como demonstra Gráfico 20:

GRÁFICO 20:

## NÚMERO DE PESSOAS MORADORAS POR HABITAÇÃO



O Gráfico 20 demonstra que as habitações sobrelotadas tem pouca incidência, considerando as pessoas imigrantes inquiridas:

- Duas pessoas inquiridas responderam viver numa habitação de quatro quartos (T4) e de cinco quartos (T5) com mais de 10 pessoas;
- Uma pessoa imigrante inquirida respondeu viver numa habitação de cinco quartos (T5) com 8 pessoas;
- Uma pessoa imigrante inquirida respondeu viver num T0 com 3 pessoas;

Contudo, é importante considerar que se tratando de um inquérito realizado online, com as dificuldades de habitação, de acesso e das vulnerabilidades das pessoas imigrantes que vivem em habitações sobrelotadas, nem todas as pessoas imigrantes puderam ter acesso à internet para responder ao inquérito.

# CON CLU SÕES



À vista da complexidade do problema da habitação em Portugal, para a construção de soluções e resposta **não se pode perder de vista que a habitação é um direito.**

**A crise da habitação em Portugal é uma realidade atual e transversal a todas as pessoas. De fato, a realidade subjacente à imigração demonstra que o problema da habitação afeta a população imigrante com especificidades, inclusive através da discriminação no acesso à habitação.**

Por isso, é importante considerar a acessibilidade, a estabilidade e os regimes de ocupação das pessoas imigrantes, mas também é fundamental considerar as experiências de discriminação no acesso à habitação.

Este é o objetivo deste relatório, que apresenta um diagnóstico da discriminação da população imigrante no acesso à habitação, demonstrando que os casos de discriminação tendo como fator a nacionalidade, o gênero, a orientação sexual e as origens étnico raciais são uma realidade que impede o acesso aos direitos.

Com os relatos, podemos verificar que há uma forte discriminação baseada nos estereótipos da mulher brasileira. Mais uma vez, essa realidade subjacente à imigração tem revelado que o gênero é

um dos fatores socioculturais que mais pode contribuir para a discriminação, inclusive na habitação. Acresce a essa realidade as dificuldades, os impasses burocráticos e os impedimentos para a realização de contrato e acesso ao crédito habitação.

À vista da complexidade do problema da habitação em Portugal, para a construção de soluções e resposta, não se pode perder de vista que a habitação é um direito. **Contudo, nas políticas de imigração a habitação não tem sido percebida, pelo menos até o momento, como uma das principais questões que influenciam a integração das pessoas imigrantes**, facto que desencadeia outros problemas sociais como habitações sobrelotadas, aumento da população sem abrigo e aumento da pobreza e vulnerabilidade. Finalmente, é urgente pensar políticas que promovam o acesso à habitação condigna para todas as pessoas, cumprindo o princípio da não discriminação não apenas nos termos da lei, mas na prática quotidiana, o que atravessa relações institucionais, sociais e coletivas.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anzaldúa, G., & Keating, A. (2013). *this bridge we call home: radical visions for transformation*. Routledge

Allegra, M., & Tulumello, S. (2019). O estado da habitação: introdução ao dossier. *Cidades. Comunidades E Territórios*, 38. <https://journals.openedition.org/cidades/997>

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. Relatório Anual 2022. Igualdade e não discriminação em razão da origem racial e étnica, nacionalidade, ascendência e território de origem.

Hooks, B. (1990). Marginality as a site of resistance. *Out there: Marginalization and contemporary cultures*, 4, 341-343.

Martins, C. A., Monteiro, N. G., & Gonçalo, N. (2002). A agricultura: Dicionário das ocupações. *História do Trabalho e das Ocupações*, 3.

Mendes, L., & Tulumello, S. (2022). Habitação e dinâmicas sociodemográficas no Portugal contemporâneo : Contributo para uma discussão sobre "Habitação e natalidade : Enquadramento e políticas públicas." *Forum Sociológico*, 40, 85-95. <https://doi.org/10.4000/sociologico.10607>

Migrant Integration Policy Index. 2020. Portugal. <https://www.mipex.eu/portugal>

UN. 2017. Report of the Special Rapporteur on Adequate Housing as a Component of the Right to an Adequate Standard of Living, and on the Right to Non-Discrimination in This Context : mission to Portugal : note / by the Secretariat. A/HRC/34/51/Add.2

Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Rodrigues, Lourenço & Vilares. (2023). *A crise da habitação nas grandes cidades – uma análise*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e autores. Julho de 2023



(...) qual é o cenário da discriminação de imigrantes na habitação em Portugal? É esta pergunta que orienta a realização deste relatório de diagnóstico (...)

